

The background of the cover is a close-up photograph of a woven basket. The basket is filled with various seashells, including several white, rounded shells and some larger, patterned shells. The basket is lined with a light-colored, intricate lace fabric. The overall scene is lit with warm, natural light, creating a textured and detailed composition.

REVISTA

ARTIGO¹⁹

NÚMERO 3
JUNHO 2023

DEFENDENDO A
liberdade
DE EXPRESSÃO:
RECONSTRUÇÃO

REVISTA


ARTIGO¹⁹

NÚMERO 3
JUNHO 2023

DEFENDENDO A
liberdade
DE EXPRESSÃO:
RECONSTRUÇÃO



Associação **ARTIGO 19** Brasil e América do Sul

Diretora Regional	Denise Dourado Dora
Conselho de Administração	Belisário dos Santos Júnior Bianca Santana Lucia Nader Luciana Guimarães Luís Eduardo Regules Malak Poppovic (Presidente do Conselho) Marcos Rolim Rodolfo Avelino
Conselho Fiscal	Dirlene da Silva Marcos Fuchs Mário Rogério Bento
Coordenação	Luana Almeida (Jornalista responsável – MTB 52528)
Editoração	Romulo Santana Osthues
Reportagem e Redação	Leonardo Valle
Revisão	Patricia Galleto
Tradução	Gabriel Demasi
Capa	Divinação Ifá
Fotografia da Capa	Bianca Moreira
Design Gráfico	Eliana Abitante
Tratamento de Imagens	Fujocka Creative Images
Licença	 Creative Commons

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Revista ARTIGO 19 [livro eletrônico] : número 3 : defendendo a liberdade de expressão : reconstrução. – 1. ed. – São Paulo : ARTIGO 19, 2023.
PDF

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-89389-27-9

1. Comunicação social 2. Democracia 3. Eleições - Brasil 4. Jornalismo
5. Liberdade de expressão 6. Liberdade de imprensa.

23-153618

CDD-070.401

Índices para catálogo sistemático:
1. Liberdade de expressão : Jornalismo 070.401
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Ebooks:



Español | English

Agradecemos às organizações parceiras e apoiadoras que permitiram a realização desta revista:
Fundação Ford, Open Society Foundations e National Endowment for Democracy.

Apresentação **6**

Horizontes e reconstrução

Cenário **11**

Democracia participativa e liberdade de expressão **12**

Resgate da participação social e política **14**

A responsabilização de extremistas e o direito de manifestação **16**

Instituições e ataques ao Estado Democrático de Direito **19**

Incidência e diálogo com um Legislativo conservador **20**

Cultura com foco na liberdade de expressão artística **21**

Desafios de transparência **24**

Apagão de dados, bloqueios de informação e transparência local **26**

Atenção especial aos dados de gênero, raça e diversidades **27**

Proteção para grupos de comunicação popular e independente **29**

Redes sociais: ameaça às democracias **32**

O Legislativo exige monitoramento **33**

Pontos de tensão: privacidade, proteção de dados e tecnologias de censura **34**

Exclusão digital não pode continuar negando direitos básicos **35**

Novos olhares para as tecnologias de voto e seus papéis **36**

Tendências a serem observadas **36**

Entrevistas **39**

Elisa Lucinda **40**

Pedro José Vaca Villareal **46**

Juliana Dal Piva **54**

Ronilso Pacheco **60**

Perspectivas **67**

Estratégias para um novo protagonismo internacional **68**

Agenda de Expressão 2023 **72**

Apresentação

Horizontes e reconstrução

Reconstruir laços de confiança na sociedade. Reconstruir o pacto republicano de divisão de poderes. Reconstruir políticas e programas governamentais federais. Reconstruir a participação popular. Reconstruir a ética cidadã da equidade. Reconstruir.

Neste número 3 da Revista Artigo 19 – *Defendendo a Liberdade de Expressão: Reconstrução* –, debruçamo-nos sobre a tarefa que se colocou para o Brasil em 2023, tanto para as forças políticas que ganharam a eleição presidencial de 2022 quanto para a sociedade civil. Este país, que ciclicamente é assolado por um vendaval autoritário, viveu nos últimos 30 anos um clima de certa estabilidade democrática, estabeleceu princípios fundantes em uma nova Constituição e redefiniu suas instituições e modelos de governar. Uma geração inteira de ativistas, cientistas, artistas, jornalistas, comunicadoras e comunicadores populares, defensoras e defensores de direitos

humanos, integrantes de organizações da sociedade civil, órgãos de justiça, universidades e movimentos sociais dedicou seus dias para construir um Brasil mais igualitário e democrático.

Entretanto, a fúria destrutiva dos setores de extrema direita que governaram o País nos últimos anos colocou por terra conquistas históricas. Foi necessária uma defesa cotidiana e intensa dos valores da vida democrática, e dos direitos conquistados formalmente, para que essa onda conservadora perdesse seu principal espaço político no final de 2022: a Presidência da República. Parecia uma virada de jogo, mas se viu, logo depois, que não era. Os “acampamentos patriotas”, assim denominadas as ocupações em frente aos quartéis pedindo golpe militar, e, principalmente, a estratégia de invasão violenta das instalações dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, mostraram que há uma ferida aberta no Brasil.

Os setores que obtiveram lucros abusivos à custa de desmatamento, trabalho análogo à escravidão, desigualdades de renda, redução de serviços de saúde e educação, aumento de violência contra mulheres e meninas, e também de muita corrupção, seguem organizados e propondo agendas. Recentemente, a maioria de parlamentares da Câmara Municipal de Florianópolis negou-se a conceder o título de cidadão honorário a Gilberto Gil, extraordinário artista brasileiro. O gesto repercutiu a ideia de manter o ataque a artistas como forma de destruição da cultura e do saber, estratégia utilizada pela extrema direita no Brasil e em outras partes do mundo. **Elisa Lucinda** (p. 40), em sua linda entrevista à nossa revista, diz que “uma das coisas que as artes fazem é retratar a própria sociedade e garantir que tenhamos um mundo simbólico”. Reconstruir o respeito e o apreço pela cultura, suas leis de incentivo, suas instituições e infraestrutura, e inovar e criar normas e padrões de respeito e proteção a artistas são tarefas inadiáveis.

Entendendo que as fronteiras da liberdade de expressão se ampliam quando pensamos nas múltiplas formas de expressões artísticas, a ARTIGO 19 vem atuando junto ao Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística (MOBILE) para mapear, documentar e denunciar as agressões

e censura que têm sido dirigidas a artistas e agentes culturais. Neste ano, além de manter a vigilância cívica, está na hora de identificar responsabilidades, combater impunidades e abrir uma nova agenda – nacional, regional e internacional – de cuidado com as artes e os saberes.

É importante, também, entender a dimensão multicontinental de muitos dos episódios autoritários vividos durante o último governo, nas eleições de 2022 – com ataques ao processo eleitoral e inverdades sobre ele –, nos atos de 8 de janeiro, na manutenção de discursos de ódio e contra a ordem democrática. Em sua entrevista, **Pedro José Vaca Villarreal** (p. 46), Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (RELE/CIDH), reforça a ideia de que a polarização alimentada pelas forças ultraconservadoras e de extrema direita vai seguir fustigando o País. A extrema direita tenta confundir e se apropriar dos conceitos de liberdade de expressão, como se ameaçar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e pedir golpe de Estado fossem atos amparados pela liberdade de expressão. Não o são. Também não se situa no campo das liberdades a ameaça a jornalistas, especialmente quando tais ataques vêm de autoridades públicas que organizam redes sociais de ódio. O tema da regulação

das plataformas sociais é um dos grandes desafios de nossa época, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Encontrar o equilíbrio entre a quebra de monopólios das plataformas, a curadoria de conteúdo e a defesa da liberdade de expressão é a chave para a mudança.

As normas internacionais de proteção aos direitos humanos, que existem para todas as pessoas, e as responsabilidades de governos em cumprir com seus deveres não admitem que a perseguição a jornalistas e meios de comunicação ocorra sem a devida punição. A impunidade estimula censura, receio de investigar, temor de publicar. Também estimula a manutenção de ataques, mesmo em um ambiente de reconstrução democrática. A jornalista **Juliana Dal Piva** (p. 54) nos revela a dificuldade de exercer sua profissão já neste novo contexto, com a cobertura de tantos problemas ocorrendo por todo o País, além da manutenção de agressões nas redes sociais e ataques presenciais. Por todo o tecido social, observa-se a permanência de posturas violentas e de uma intolerância disseminada, típicas de processos de radicalização, o que assinala um novo e complexo desafio a ser enfrentado pelo Estado e pela sociedade civil.

A impunidade sobre o que ocorreu não pode se impor. Estamos sob o risco

de colaborar com a continuação de iniciativas autoritárias e violentas, que pregam a manutenção de desigualdades e discriminações. Para não repetir o processo da ausência de justiça de transição quando da passagem à democracia, será preciso construir uma política de memória, verdade e justiça. Há muitas evidências de que houve intenção deliberada de ocupantes de cargos públicos, no governo que foi derrotado, em sonegar informações relevantes sobre a pandemia de Covid-19 que poderiam ter salvado vidas; em estimular ocupações ilegais em territórios indígenas e quilombolas na Amazônia; em ampliar ilegalmente o acesso às armas de fogo, incluindo aquelas que eram de uso restrito às Forças Armadas, o que permitiu a formação de arsenais particulares e facilitou o desvio de armamento e munições para o crime organizado; em destruir a infraestrutura de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos; em disseminar notícias falsas utilizando as redes sociais como veículos de ódio e discriminação. A isso tudo dizemos NUNCA MAIS.

Defender a liberdade de expressão implica garantir que os marcos conceituais das liberdades não sejam sequestrados em favor das desigualdades e dos preconceitos. Vemos, entretanto, a defesa de liberdades de pensamento e credo ocupar essa função ao criar e di-

vulgar sistemas de julgamento severo de expressões religiosas na sociedade brasileira, estimulando práticas discriminatórias e persecutórias contra as que são de matrizes africanas. Sobre esse tema, o teólogo **Ronilso Pacheco** (p. 60) observa haver uma retórica de “guerra santa”, perpetrada pelas hierarquias de algumas denominações evangélicas, permeando o espaço da política partidária e influenciando os rumos do debate público. Cada vez mais, cabe exigir que o Estado garanta o espaço para todas as crenças e as não crenças nos marcos do princípio constitucional da laicidade – vale dizer, nos marcos da separação entre Igreja e Estado –, de tal forma que o debate político não seja colonizado por dogmas religiosos, sejam eles quais forem.

A experiência existencial da fé e da adesão a ritos deve ser compreendida como um espaço alargado da cultura, que constrói saberes e produz solidariedade. É neste sentido que a ARTIGO 19, ao pensar sobre o futuro brasileiro e a tarefa de reconstrução, traz em sua capa uma leitura de búzios. O jogo milenar combina elementos que permitem – a quem sabe interpretá-los –

indicar caminhos, perceber as diversas energias envolvidas e ajudar a decifrar este momento complexo. Os búzios na capa de nossa revista são uma representação simbólica da construção da diversidade de conhecimentos e dos muitos caminhos que se cruzam na luta contra todas as formas de discriminação. Agradecemos especialmente à Iyalorísá Cláudia de Oyá e ao Ilé Alaketu Àse Ifá Omo Oyá, terreiro sediado em Guarulhos (SP), a acolhida e o apoio na elaboração das fotografias que estampam nossas páginas.

A todas as pessoas, e palcos, e terreiros, e templos, e manifestações artísticas e culturais que foram perseguidos, discriminados e atacados, a ARTIGO 19 oferece este número de nossa revista, pretendendo, assim, celebrar e homenagear suas resistências. A defesa da liberdade de expressão toma múltiplas dimensões neste novo momento da sociedade brasileira. Dimensões mais complexas, que não se resolvem apenas com leis e políticas públicas, mas que exigem conhecimento, criatividade e ação, muita ação.

Desejamos uma boa leitura!

Denise Dourado Dora

Diretora Regional da ARTIGO 19 Brasil e América do Sul



CE NÁ RIO

11

Democracia participativa e liberdade de expressão	12
Instituições e ataques ao Estado Democrático de Direito	19
Desafios de transparência	24
Redes sociais: ameaça às democracias	32

Cenário

Democracia participativa e liberdade de expressão

A sociedade civil volta a ser ouvida na elaboração e na implementação de políticas públicas. Por outro lado, a responsabilização de grupos extremistas pode ser usada para também criminalizar movimentos sociais democráticos

O contexto das eleições de 2022 no Brasil foi marcado por profundas violações de direitos humanos e pela organização da sociedade em torno de uma pauta comum: a defesa da democracia. No campo dos direitos de liberdade de expressão, liberdade de imprensa e livre manifestação, houve aumento da violência política contra jornalistas, comunicadoras e comunicadores populares, defensoras e defensores de direitos humanos. “As instituições foram coniventes com esses ataques, quando não foram elas mesmas a promovê-los. O medo de

manifestantes e eleitores usarem a cor vermelha nas ruas exemplificou como o direito de manifestar opinião política ficou abalado”, contextualiza Maria Tranjan, coordenadora interina da área de Proteção e Participação Democrática da ARTIGO 19. “Além disso, os ataques do então presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) contra comunicadores e vozes dissonantes encorajaram ações de violência tocadas por extremistas”, reforça.

Como candidato à reeleição, Bolsonaro fez uso de mecanismos de poder

político e econômico para desequilibrar a disputa: o governo direcionou bilhões de reais a parlamentares por meio do chamado “orçamento secreto”, reduziu impostos sobre combustíveis, ampliou benefícios sociais, como o Auxílio Brasil e o Vale Gás, e criou benefícios para caminhoneiros e taxistas.¹ Outra ameaça foi a tentativa de obstrução do direito ao voto no dia do pleito. Se, por um lado, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou prefeitos e empresas a oferecerem transporte público gratuito no segundo turno das eleições,² por outro, houve relatos de tentativas de criar obstáculos físicos que impedissem eleitores de votar, principalmente na Região Norte. O Estado também foi agente dessas violações: a Polícia Rodoviária Federal (PRF) descumpriu ordem do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e parou em blitz, pelo menos, 610 ônibus que transportavam eleitores.³ Foram operações concentradas no Nordeste, onde o candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), aparecia em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto.

Houve também uma intensa produção e a consequente circulação de notícias falsas, com ataques às urnas eletrônicas, ficando a sensação, ao fim do pleito de 2022, de que a extrema direita havia novamente colonizado as redes sociais e os aplicativos de mensagens com suas campanhas de desinformação. Segundo Paulo José Lara, coordenador da área de Direitos Digitais da ARTIGO 19, a estrutura de funcionamento das plataformas digitais necessita ser revista, não se tratando apenas de regulação de conteúdo. Os mecanismos de buscas online, as redes sociais e os aplicativos de mensagens estão nas mãos de empresas estrangeiras que visam ao lucro. Segundo ele, há um esforço para manter o usuário preso a esses serviços para explorar dados pessoais e a vigilância em massa. Por estarem estruturados como negócios, tais serviços online não atendem aos anseios democráticos, de justiça social, de liberdade de expressão e de acesso à informação, favorecendo grupos que sempre tiveram poder político. “A extrema direita apenas se apropriou

¹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63419897>

² <https://www.conjur.com.br/2022-out-19/stf-forma-maioria-manter-autorizacao-passe-livre-turno>

³ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/prf-descumpre-ordem-do-tse-e-faz-pelo-menos-514-operacoes-de-fiscalizacao-contra-onibus-de-eleitores.ghtml>

de uma lógica que era conhecida por ela”, explica.

Diante desses ataques, contudo, houve mobilização da sociedade civil em um exemplo significativo de democracia combativa. “Em um contexto de medo, violência e instabilidade política, organizações de diferentes setores, cada uma dentro do seu nicho, trabalharam com uma mesma finalidade. Esse é um ganho da experiência brasileira”, reforça Tranjan.

Resgate da participação social e política

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como proposta de um governo de coalizão, iniciou, já em novembro de 2022, a criação de um gabinete de transição composto por 33 Grupos de Trabalho (GTs) com diferentes representantes da sociedade civil. O objetivo foi reunir dados sobre o funcionamento dos órgãos e entidades que compõem a administração pública federal para definir as pautas prioritárias de cada ministério. Os GTs mostraram uma lógica de participação horizontal, com o governo reconhecendo a existência de

uma sociedade civil participativa e se mostrando disposto a ouvi-la, além de valorizar as experiências de cada participante – algo não visto nos últimos quatro anos.

A ARTIGO 19 participou de reuniões dos GTs nos campos de Justiça, Transparência, Comunicação, Direitos Humanos e Cultura,⁴ com sugestões para o fortalecimento do Arquivo Nacional (responsável pela gestão do patrimônio documental do País), do regime de transparência, dos direitos digitais e das liberdades de imprensa e expressão. “O que se desenhou foi um momento não somente de resistir às desigualdades estruturais do Brasil, mas também de repensar o que queremos para o futuro. Ou seja, de deixar de ser uma democracia reativa, que, nesses últimos anos, precisou lidar com violações de direitos humanos diárias por parte do Governo Federal, para ser uma democracia também propositiva e criativa”, analisa Tranjan.

Nesses 100 dias de governo, já se realizaram as revisões de atos que limitam o direito de participação social, como o que já pôde ser visto por meio da criação, em 2023, do Sistema de Partici-

⁴ <https://artigo19.org/2022/12/20/artigo-19-levanta-desafios-a-liberdade-de-expressao-nos-gts-de-transicao-do-governo-lula>

pação Social, instituído pelo decreto n. 11.407,⁵ e do Conselho de Participação Social, instituído pelo decreto n. 11.406.⁶ Após decreto de 2019, o governo Bolsonaro extinguiu ou esvaziou 75% dos conselhos e comitês nacionais, segundo dados do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).⁷ Os comitês e conselhos são órgãos que reúnem representantes da sociedade civil para participar das discussões sobre políticas públicas. “Além de colocar no centro da criação de políticas públicas aquela ONG que está na ponta, a participação social oferece legitimidade ao processo. Se eu conheço uma pessoa ou entidade presente no conselho, posso acreditar que aquela política pública funciona e está sendo desenhada para mim”, explica Tranjan. A retomada de uma política nacional de participação também garante representatividade. “O assas-

sinato da vereadora negra Marielle Franco, em 2018,⁸ escancarou uma atmosfera de medo de populações vulnerabilizadas a ocupar espaços de participação política e social. Quando há a participação de seus representantes nos conselhos e na elaboração de políticas públicas, a presença desse corpo se expande para o coletivo que é representado por ele”, defende.

No *Mapa da participação política e social – atos de censura e restrição da participação no Brasil*, publicado pela ARTIGO 19 em 2022,⁹ um dos pontos de atenção da gestão Bolsonaro foi a militarização dos espaços institucionais. Em 2020, um levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o número de militares que ocupavam cargos civis passou de 2.765, em 2018, para 6.157¹⁰ dois anos depois. “Militares têm um

⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11407.htm

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11406.htm

⁷ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra-que-75percent-dos-conselhos-e-comites-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml>

⁸ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/14/caso-marielle-veja-perguntas-sem-respostas-5-anos-apos-o-crime.ghtml>

⁹ https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2022/09/MapaDaParticipacaoPoliticaSocial_29.9_DIGITAL.pdf

¹⁰ <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-mais-que-dobrou-contingente-de-militares-no-governo-aponta-tcu>

papel na história brasileira que representa supressão de direitos fundamentais e violência, como as perseguições, os assassinatos e a censura a comunicadores e defensores de direitos humanos no período da ditadura civil-militar. A nomeação da classe para cargos civis tem um peso simbólico maior em um Brasil que não discutiu o papel das Forças Armadas na sua democracia, nem responsabilizou militares envolvidos nesses crimes”, contextualiza Tranjan.

Ela avalia ser impossível romper com toda a categoria ou afastá-la, mas haverá necessidade de dialogar sobre suas atividades. Repensar o papel das Forças Armadas dialoga com o tema da militarização das polícias brasileiras e suas sistemáticas violações de direitos humanos, principalmente na violência contra populações negras e periféricas e na repressão ao direito de livre manifestação.

A responsabilização de extremistas e o direito de manifestação

Ainda que não haja mais um presidente da República usando o aparato

do Estado para veicular discursos de ódio, as redes de disseminação de *fake news* e o financiamento de grupos antidemocráticos continuam em atividade. O período pós-eleitoral foi marcado pela articulação de grupos de extrema direita para o bloqueio de rodovias, e, no dia 8 de janeiro de 2023, extremistas radicais invadiram e vandalizaram o STF, o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.¹¹ Avaliar como a extrema direita se comportará no Brasil e as formas de responder aos ataques antidemocráticos será mais um desafio. “Há um momento de reconfiguração desse projeto nacionalista, cristão e conservador, que não é centrado em uma única figura e não se extingue com ela. Esse campo ainda está se reorganizando, no Brasil e no mundo, e é preciso compreendê-lo melhor antes de pensar em formas de resistência”, analisa Raquel da Cruz Lima, coordenadora do Centro de Referência Legal da ARTIGO 19.

Maria Tranjan vislumbra ligeira queda no ataque a jornalistas, comunicadoras e comunicadores em relação aos anos do bolsonarismo no poder: “Quando Bolsonaro fazia uma posta-

¹¹ <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/atos-golpistas-os-11-principais-fatos-para-entender-tudo-desde-o-8-de-janeiro.ghtml>

gem ou declaração em *live* xingando a imprensa, víamos, na sequência, ataques com características similares sendo replicados. Quando não se responsabiliza uma figura de autoridade por esse comportamento, a impunidade incentiva ataques a outros setores e cria uma atmosfera de medo e censura”. Para Lima, a responsabilização criminal de grupos que agiram durante o período eleitoral e no pós-eleitoral será uma das agendas de 2023. “Nas eleições, vimos a Justiça Eleitoral precisando responder com rapidez a um cenário hostil e violento. Será necessário, agora, recalibrar como as instituições responderão aos ataques à institucionalidade democrática, o que se faz por meio de regras e parâmetros bem estabelecidos”, destaca.

O receio, porém, é o de que a criminalização de grupos antidemocráticos seja usada para recrudescer legislações que tentam coibir a livre manifestação de movimentos sociais democráticos. Tranjan explica que grupos próximos ao fascismo se apropriam de formas de ação política que, historicamente, são usadas pelos movimentos progressistas sociais, que lutam pela defesa dos direitos humanos e da

vida, e as subvertem. Um exemplo é o direito de protesto, que não deve necessitar de autorização prévia das instituições para que ocorra.

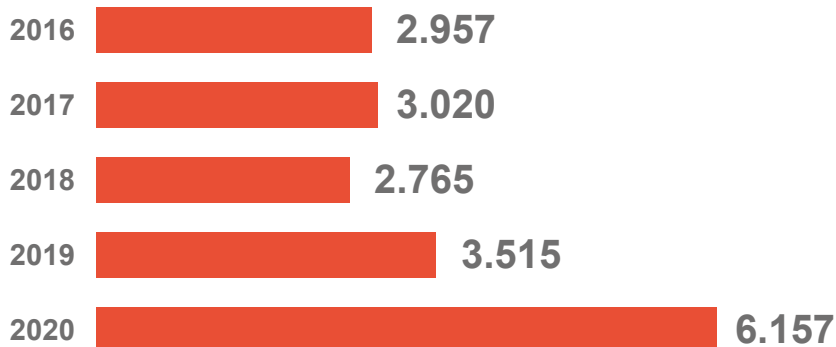
O já mencionado *Mapa da participação política e social...* identificou diversos projetos legislativos em tramitação no Congresso Nacional que buscam alterar ou complementar a Lei n. 13.260/2016, chamada “Lei Antiterrorismo”. A tendência geral das propostas é a criminalização de manifestações políticas e da atuação de movimentos sociais. Para Tranjan, os povos tradicionais indígenas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seriam os mais atingidos com a aprovação dessas propostas. “Já vivemos um momento de dois pesos e duas medidas. A mesma força de segurança pública de Brasília que não impediu os ataques aos Três Poderes reprimiu com violência uma manifestação pacífica de indígenas no Acampamento Levante pela Terra, em 2021,¹² com base na legislação antiterrorista. Assim, é necessário cuidado para que a restrição de atos antidemocráticos não impacte o direito de outras pessoas de protestar democraticamente”, alerta.

¹² <https://www.poder360.com.br/brasil/manifestacao-de-indigenas-e-reprimida-com-gas-e-bomba>

Aumento de militares no Executivo em 15 anos

Segundo estudo conduzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o número de militares no Governo Federal que assumiram de ministérios a autarquias passou de 996, em 2005, para 6.157 em 2020. Somente em cargos comissionados, houve um aumento de 678% entre 2005 e 2020.

Militares no governo (ativos e na reserva, que compõem cargos civis)



Fontes: TCU¹³ e Poder 360¹⁴

¹³ <https://static.poder360.com.br/2020/07/Levantamento-do-quadro-de-militares-1.pdf>

¹⁴ <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-mais-que-dobrou-contingente-de-militares-no-governo-aponta-tcu>

Instituições e ataques ao Estado Democrático de Direito

Três Poderes, mídia, movimentos sociais, artistas e organizações da sociedade civil terão diferentes papéis para promover direitos

Apesar da resposta enérgica do Supremo Tribunal Federal (STF) para identificar e punir os participantes dos ataques de 8 de janeiro de 2023¹⁵ e da instituição do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para coordenar as investigações junto ao STF e ao Ministério Público Federal (MPF),¹⁶ a coordenadora do Centro de Referência Legal da ARTIGO 19, Raquel da Cruz Lima, vê de forma crítica e com insegurança a atuação do Judiciário e dos demais órgãos de defesa da Constituição nos próximos quatro anos. “O Judiciário e os demais setores foram coniventes com

práticas antidemocráticas inaceitáveis nos últimos anos, respondendo de forma aquém da esperada em período de violências eleitoral e política excepcionais. O MPF e a PGR não exerceram seus papéis de resistência e resguardo constitucional, o que deveria ter ocorrido”, avalia. “O STF também foi confrontado com questões de liberdade de expressão e não agiu para construir entendimento do lugar desse direito na democracia”, completa Lima.

Com a derrota do projeto da extrema direita nas urnas, projeta-se que os embates no campo da justiça se intensifiquem. “Por um lado, as políticas do

¹⁵ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=500236&ori=1>

¹⁶ <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-cria-grupo-estrategico-para-atuar-na-apuracao-de-atos-antidemocraticos>

Governo Federal serão questionadas no Judiciário, por outro, esse segmento ultranacionalista cristão deve utilizar o Judiciário para tentar manter ações de cerceamento de liberdade de expressão nos âmbitos acadêmicos, artísticos e jornalísticos”, prevê Lima. “Há em curso uma tentativa de censurar professores que trabalham temas de igualdade e identidade de gênero, como a que ocorre com o Escola Sem Partido.¹⁷ Outra estratégia de silenciamento é o uso do Judiciário para censurar e atacar artistas e comunicadores usando como justificativa crimes contra a honra. Assim, será preciso que o Judiciário se manifeste como instância que garanta direitos fundamentais”, diz. Também é esperado que a extrema direita utilize a pauta de liberdade de expressão para justificar uma livre atuação violenta. “São setores que não defendem a liberdade de expressão, mas a desresponsabilização pelos seus comportamentos de ódio e de violência”, diferencia Lima.

Incidência e diálogo com um Legislativo conservador

A eleição para o Congresso Nacional em 2022 resultou na maior representatividade de mulheres negras, indígenas e trans da história da política institucional brasileira, caso de Daiane Santos (PCdoB), Erika Hilton, Sônia Guajajara e Célia Xakriabá (PSOL).¹⁸ “Isso expressa um desejo social por diversidade, transmitindo uma mensagem importante aos partidos e parlamentares”, analisa Maria Tranjan.

Entretanto, as eleições para o Senado e a Câmara dos Deputados em 2022 seguiram uma tendência dos últimos pleitos de eleger, majoritariamente, representantes de orientação conservadora, com destaque para nomes ligados ao bolsonarismo. Nesse contexto, o Brasil assiste a um esforço do Executivo em criar um governo de coalizão com a participação de diferentes partidos políticos para garantir a governabilidade, tendo ainda

¹⁷ <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/19/escola-sem-partido-professores-sofrem-agressoes-e-odio-em-salas-de-aula-de-sao-paulo>

¹⁸ <https://mundonegro.inf.br/confira-mulheres-negras-e-indigenas-eleitas-no-congresso>

como agravante uma realidade de crise econômica. “Será um Congresso¹⁹ que atuará de forma complexa e ambígua, sendo esperada resistência a pautas de direitos humanos, igualdade racial, gênero, apoio à comunidade LGBTQIAPN+ e garantia de direitos reprodutivos e sexuais das mulheres”, exemplifica Raquel da Cruz Lima. Como o bolsonarismo teve papel importante em emplacar pautas de repressão cultural, contra o direito de protesto e o direito à liberdade de manifestação e de ensino, é esperado que esses temas continuem no radar, incluindo-se nas assembleias legislativas estaduais, que precisam ser monitoradas.

As audiências públicas no Congresso Nacional terão um papel importante para retomar a lógica de participação social. O *Mapa da participação política e social...* da ARTIGO 19 denunciou uma distorção nesse mecanismo nos últimos anos: o uso deliberado de regime de urgência. A ausên-

cia de debates públicos, para acelerar pautas prioritárias do governo, e as reformas sociais aprovadas sem participação social produzem desconfiança nas instituições e insatisfação com a democracia. Enquanto isso, as organizações da sociedade civil continuarão cumprindo seu papel na construção de um regime democrático e das pautas sociais e dos direitos humanos, seja como consultoras, seja cobrando as instituições.

Cultura com foco na liberdade de expressão artística

A gestão de Jair Bolsonaro foi caracterizada pela extinção do Ministério da Cultura (MinC), via medida provisória, em 2 de janeiro de 2019, assim como pelo desmonte de políticas públicas e editais de fomento, por episódios de censura e ataques a artistas e instituições culturais. “O propósito de acabar com o MinC foi bem sucedido com a retirada da

¹⁹ <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/camara-renova-44-dos-assentos-conservadora-politica-neoliberal-economia-diz-diap>

cultura como política pública. Além disso, foi criado um cenário adverso para o exercício das atividades culturais, com a normalização da censura”, explica Lima.

Um levantamento de junho de 2022 do Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística (MOBILE)²⁰ apontou que, entre os casos de censura, desmonte institucional do setor cultural e autoritarismo contra a cultura, 71% partiram do Governo Federal.²¹ Entre os atingidos pelo desmonte, esteve a Fundação Cultural Palmares, voltada à promoção da cultura afro-brasileira, cuja gestão removeu referências a personalidades negras tidas como “alinhas à esquerda”.²² O mesmo ocorreu com a população LGBTQIAPN+: em 2019, o governo suspendeu um edital com séries de TV de temática afim.²³ Além da censura em órgãos públicos,

o ataque a artistas foi normalizado em nível privado e no Judiciário. Pessoas com posicionamento descontente atacaram de forma violenta artistas ou utilizaram a polícia para tanto.

Retomar a cultura com foco na liberdade de expressão artística impõe “recuperar a relação de confiança do artista no público, para que volte a existir um cenário de expressão artística contestadora, irreverente e provocativa”, ressalta Lima. “Outro aspecto é conscientizar a população de que a cultura tem lugar central e que o exercício da liberdade artística e o acesso à cultura para toda a população são direitos humanos fundamentais, e estão à luz da Constituição Federal”, acrescenta. Com a retomada do MinC pelo governo, ela alerta para os mesmos riscos de ataques a artistas populares, agora nos planos de estados e municípios, onde há pessoas em

²⁰ <https://movimentomobile.org.br>

²¹ <https://movimentomobile.org.br/mapa-da-censura>

²² <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/03/de-censura-a-assedio-moral-lembrando-gestao-de-sergio-camargo-na-palmares.shtml>

²³ <https://oglobo.globo.com/cultura/governo-bolsonaro-suspende-edital-com-series-lgbt-para-tvs-publicas-23891805>

cargos eletivos alinhadas a um projeto conservador, nacionalista e cristão. O ataque a artistas nessas localidades pode se manifestar, por exemplo, via repressão policial ou pelo Judiciário. Já em termos de reconstrução da

cultura no País, será necessário retomar o fomento a produções artísticas, principalmente aquelas com temáticas específicas, como as das igualdades racial e de gênero e do apoio à comunidade LGBTQIAPN+.

Casos de censura a artistas no Brasil entre 2019 e 2022 (durante mandato do presidente Bolsonaro)

Segundo levantamento do MOBILE²⁴ de junho de 2022, a maior parte das iniciativas contra a cultura partiu do Governo Federal (171 casos; 71%). Confira a divisão de casos entre os Três Poderes, que somam 241 casos no total:



²⁴ <https://movimentomobile.org.br/mapa-da-censura>

Desafios de transparência

Medidas passam por melhorar infraestrutura tecnológica de arquivamento de dados, afirmar a transparência como compromisso com direitos humanos, disseminar informações oficiais de forma simples e fortalecer a autonomia na fiscalização da LAI

A transparência é um instrumento importante de controle e participação social. Quando há a circulação de informações oficiais, a sociedade pode exercer sua cidadania cobrando e fiscalizando políticas públicas. Para isso, o Brasil conta com a Lei de Acesso à Informação (LAI, n. 12.527/2011), que regulamentou o direito à informação já previsto na Constituição Federal de 1988. Ela permite solicitar dados das esferas municipais, estaduais e federais, incluindo despesas.

Os direitos à informação e à transparência de dados, porém, foram negligenciados e atacados pela última gestão do Governo Federal. Como apontou o relatório *10 anos da Lei de Acesso à Informação: de onde viemos*

e *para onde vamos*,²⁵ publicado pela ARTIGO 19 em 2022, havia morosidade nas respostas à solicitação de informações pela imprensa, pela sociedade civil e pelos cidadãos em geral; ou respostas parciais e insatisfatórias, além de solicitações negadas. Houve também o mau uso de dispositivos de sigilo e proteção de dados pessoais, principalmente do artigo 31 da LAI e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, n. 13.709/2018), que regula dados particulares que estejam nas mãos de empresas. A LGPD²⁶ foi utilizada indevidamente pela administração anterior para inviabilizar a LAI.

“O bolsonarismo deixou como legado um sentimento de que a transparência não é obrigação do Estado, que tem

²⁵ https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2022/07/A19-LAI2022-WEB_atualizado-em-12-07-2022.pdf

²⁶ <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/lgpd-esta-sendo-usada-para-censurar-informacoes-publicas-alertam-especialistas>

custo político para quem a pratica e pode ser prejudicial às políticas públicas. O desafio será retomar e promover a cultura da transparência na atual gestão”, avalia Júlia Rocha, coordenadora da área de Acesso à Informação e Transparência da ARTIGO 19. Segundo ela, incentivar a cultura da transparência nos próximos anos passará por três pontos fundamentais.

O primeiro é melhorar a infraestrutura tecnológica e de gestão do Estado. “Ou seja, a forma de salvaguardar no Arquivo Nacional as informações de altíssimo interesse público e relevantes para os direitos humanos, assim como a maneira como elas podem ser disponibilizadas à população”, aponta. A segunda medida é aumentar a quantidade de servidores públicos de diferentes áreas e escalões que lidam com a produção, a sistematização e a disseminação de informações, e treiná-los para isso. É preciso conscientizá-los de que a transparência é parte do trabalho, e um compromisso com os direitos humanos ajudará o direito à informação a ser novamente bem-visto. Um último aspecto é a necessidade de os órgãos públicos disseminarem informações oficiais de forma simples e acessível, o que ajudaria a combater campanhas de desinformação. “Muito do que é inventado visa

a suprir uma carência de informações oficiais. Desmantelar campanhas de desinformação exige não somente melhorar o letramento digital da população, mas também acabar com as lacunas que a falta de informação deixa”, analisa.

Fortalecer a LAI também exigiria um órgão central com autonomia política para monitorar e responsabilizar administrativamente as entidades que descumprirem a lei. “Os últimos anos foram marcados por agências negando uma solicitação via LAI até a demanda chegar à Controladoria-Geral da União (CGU), que não tem força para punir o descumprimento da LAI. Assim, enquanto não existe um órgão central, é preciso garantir a autonomia e o papel fiscalizador da CGU, das controladorias estaduais e municipais e do Ministério Público (MP)”, explica Rocha.

Outra medida apontada por ela é estimular os órgãos de controle e a sociedade civil a fazerem uma interpretação da LGPD que não interfira na LAI, assim como criar mecanismos de cumprimento de ambas as leis a partir da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou da própria CGU. O setor privado também tem influência na gestão de informações, o que colo-

ca em destaque o fortalecimento da LGPD. Além da proteção de dados de todos os cidadãos, é importante que os dados dos solicitantes de informações via LAI sejam igualmente protegidos, principalmente quanto ao seu ciclo de vida e à finalidade para a qual estão coletando tais informações.

Apagão de dados, bloqueios de informação e transparência local

“Vivenciamos, na gestão anterior, um apagão de dados ou tentativas de ocultar e distorcer informações em todos os ministérios. Nenhuma área saiu ileso”, destaca Júlia Rocha. Para os próximos anos, também é necessária a retomada de investimentos em instituições federais que produzam dados e informações confiáveis, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e departamentos como o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Datusus). Também é esperado que a desatualização de dados impacte a

promoção e a execução de políticas públicas nos primeiros anos do novo governo. Para Rocha, isso pode ser minimizado com recursos governamentais destinados à criação de bancos de dados abertos, principalmente se simples de navegar, gratuitos e de fácil compreensão.

As censuras impostas pelo governo Bolsonaro já estão sendo revistas pela atual gestão, incluindo aquelas que bloquearam informações sobre gastos injustificáveis²⁷ em cartão corporativo.²⁸ Rocha explica que a reversão dos bloqueios deve ser realizada caso a caso, por atos administrativos. Ao contrário de um único decreto de revogação, isso pulverizaria jurisprudências positivas no campo da transparência. Além disso, cada informação censurada teria a possibilidade de ser analisada de forma cuidadosa pela sociedade civil.

Se a LAI já encontra empecilhos no âmbito federal, garantir a transparência em níveis subnacional e local é uma pauta ainda mais desafiadora. Rocha ressalta que há menos infraes-

²⁷ <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/12/restaurante-em-boa-vista-recebeu-r-152-mil-de-bolsonaro-e-foi-visitado-em-dia-de-motociata>

²⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/cartao-corporativo-de-bolsonaro-mostra-gasto-de-r-47-milhoes-em-feriados-e-motociatas.shtml>

trutura, recursos humanos, técnicos e financeiros nos municípios para a efetivação de políticas de transparência. É possível, apesar disso, a promoção de soluções que exigem pouco investimento, como o Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC), um *software* livre da CGU. A qualificação do servidor público para a produção e a gestão da informação de nível municipal pode impulsionar outras melhorias de infraestrutura também.

Atenção especial aos dados de gênero, raça e diversidades

Como uma sinalização da importância dos direitos humanos na atual gestão do Governo Federal, a coordenadora interina da área de Proteção e Participação Democrática da ARTIGO 19, Maria Tranjan, cita o sancionamento da lei que criou o Dia Nacional do Candomblé, pelo presidente Lula, em 6 de janeiro de 2023,²⁹ e os discursos de posse da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco,³⁰ e do ministro de Direitos Humanos e Cidadania, Sílvio de Almeida. Em sua fala, Almeida

lembrou que era valiosa a existência de populações negligenciadas pela última gestão, como pessoas em situação de rua, com deficiência, idosos, vítimas da fome, empregadas domésticas, mulheres, LGBTQIAPN+, negros e indígenas.

“A liberdade religiosa é um dos componentes da liberdade de expressão, e tivemos a valorização de uma religião afro-brasileira que sofre racismo religioso e ataques de setores fundamentalistas”, analisa Tranjan. “Em todos os casos, há um campo simbólico de cada cidadão poder se expressar, como é em um regime democrático, sem ter sua vida ceifada por isso, como também destacou Anielle Franco”, complementa. Sobre as igualdades racial e de gênero, há ainda a necessidade de repensar a produção, a disponibilização e o acesso de dados sobre populações em vulnerabilidade social, como mulheres, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+. Além disso, como a maior parte do acesso à informação é online, muitas comunidades enfrentam obstáculos para obtê-la.

²⁹ <https://exame.com/brasil/lula-sanciona-lei-que-cria-o-dia-nacional-do-candomble>

³⁰ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/leia-integra-discurso-ministra-anielle-franco.htm>

Outra tendência a ser combatida é o declínio na disponibilização de informações sobre direitos sexuais e reprodutivos, especialmente nos órgãos de saúde das capitais, fato que foi identificado no relatório da ARTIGO 19 sobre os 10 anos da LAI. O alinhamento do governo anterior com pautas conservadoras fez com que materiais sobre as diversidades de gênero e sexuais fossem retirados do ar. Em 2019, por exemplo, uma cartilha dirigida a homens trans foi subtraída do site do Ministério da Saúde seis meses depois de ser lançada.³¹

“A produção de dados sobre gênero, raça e diversidades passa por muitos campos da gestão pública, mas, primeiramente, pelo próprio Estado ao reconhecer essa ausência como problema. Quando essas populações não são vistas como prioridade na gestão pública, toda a cadeia de produção de informações sobre elas fica automaticamente prejudicada, ou todo dado produzido servirá apenas para manter o *status quo*. É necessário que o governo se comprometa a estar à frente da produção desses dados”, completa

Júlia Rocha. Para que os dados consigam proporcionar um diagnóstico da realidade e sejam utilizados de forma eficaz na produção de políticas públicas, é fundamental que as próprias populações participem da produção dessas informações. Ou seja, para pensar como esses dados serão produzidos, aplicados e servirão para melhorar a qualidade de vida das populações. Historicamente, porém, é comum um grupo dominante pensar a realidade de grupos marginalizados.

Além da produção de dados, o campo das igualdades exigirá proteção e punição contra agentes que usam os meios digitais para atacar mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+. Em maio de 2022, a ARTIGO 19 enviou um documento à Organização das Nações Unidas (ONU) com contribuições para a Revisão Periódica Universal do Estado Brasileiro (RPU-Brasil).³² No documento *Contribuição de partes interessadas*, a ARTIGO 19 e outras entidades denunciaram o aumento desse expediente durante a pandemia, incluindo as invasões de reuniões com a exposição de ima-

³¹ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/ministerio-da-saude-retira-do-ar-cartilha-voltada-para-saude-do-homens-trans.shtml>

³² <https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2022/05/UPR-Brazil-PT2.pdf>

gens e sons chocantes, fenômeno chamado de *zoombombing*. Também será necessário ter atenção para que a violência de gênero online não se mescle à violência política, que é quando autoridades públicas utilizam suas redes sociais pessoais para atacar jornalistas e ativistas mulheres ou repercutir ataques contra elas.

Proteção para grupos de comunicação popular e independente

Coletivos e grupos de comunicação popular e independente possuem, atualmente, papel fundamental para a propagação de conteúdos informativos confiáveis, assim como para fazer contraponto aos discursos hegemônicos. A importância de protegê-los, garantindo que não sofram violências, atinge todo o Brasil, em especial a área da Amazônia Legal, formada por estados do Norte e territórios do Nordeste e do Centro-Oeste. Nesses locais, o desafio de informar a população de forma independente colide com o monopólio dos veículos tradi-

cionais sobre as informações públicas e a proximidade entre agentes políticos e meios de comunicação. Por isso, deve-se pensar em políticas e ações de financiamento para os grupos de comunicação popular, que são normalmente formados por pessoas que precisam se dedicar a outros trabalhos para obter renda.

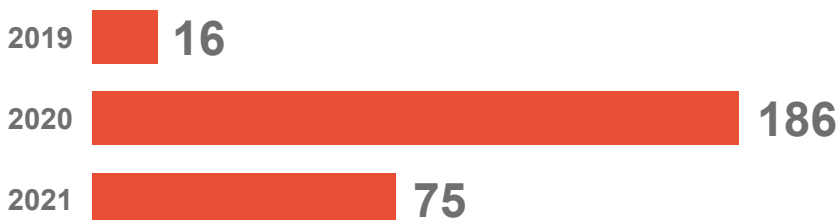
No relatório *Violações à liberdade de expressão e resistências na Região Amazônica*,³³ publicado pela ARTIGO 19 este ano, comunicadoras e comunicadores populares relatam insegurança quando cobrem temas referentes ao desvio de verbas, à gestão, à distribuição ou à ausência de serviços e políticas públicas; ataques ao meio ambiente e às populações locais; omissão do Estado na prevenção às violações, ou, por vezes, sua atuação como agente delas. Nas três últimas edições do relatório *violações à liberdade de expressão* da ARTIGO 19 (2019, 2020 e 2021), a Região Amazônica apresentou, entre 2018 e 2021, 99 graves violações, sendo 29 delas classificadas como mais graves, incluindo tentativas de homicídio.³⁴

³³ <https://artigo19.org/2023/02/28/violacoes-a-liberdade-de-expressao-e-resistencia-na-regiao-amazonica>

³⁴ https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2023/02/Violacoes-e-resistencia_AM_Caderno1_ebook_13-12-2022_final.pdf

Pedidos de informações ambientais

Dados dos principais achados sobre 277 pedidos de informação às secretarias de meio ambiente de todas as unidades da Federação (entre 2019 e 2021) – Relatório *10 anos da Lei de Acesso à Informação: de onde viemos e para onde vamos*.



Assuntos sobre os quais versavam os pedidos:

27 povos e comunidades tradicionais

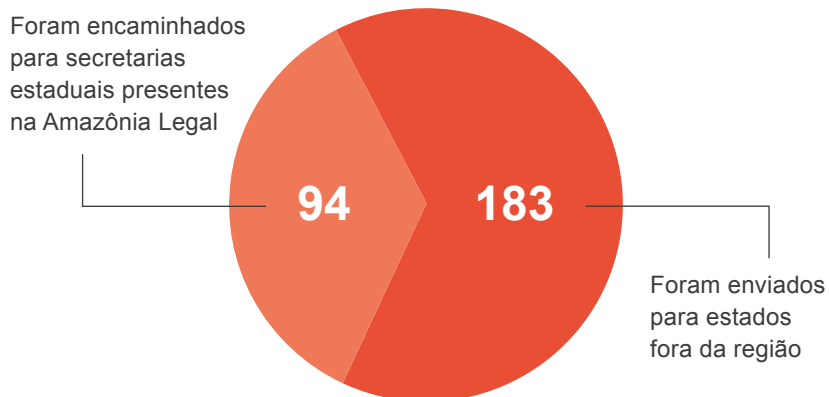
49 fiscalização ambiental

65 desmatamento autorizado

67 regularização ambiental

69 exploração florestal

Dos pedidos enviados:



Tipo de documento solicitado:

58	base de dados especiais
48	base de dados
171	informação pontual ou documento

Fonte: ARTIGO 19 ³⁵

³⁵ https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2022/07/A19-LAI2022-WEB_atualizado-em-12-07-2022.pdf

Redes sociais: ameaça às democracias

Em pauta: serviços digitais menos oligárquicos garantidos por marcos legais, regulação das plataformas digitais e princípios da administração pública aplicados aos perfis de agentes políticos

No campo dos direitos digitais, a gestão de Jair Bolsonaro deixou um legado de negligências. “Primeiro, houve uma tentativa de suprimir qualquer tipo de regulação e dar total e completa liberdade ao fluxo de informações que circulavam em redes sociais. Isso ampliou um discurso violento, preconceituoso e conservador que estava restrito a pequenos grupos”, analisa Paulo José Lara, coordenador da área de Direitos Digitais da ARTIGO 19. Isso também ocorreu por pouco empenho em regular as comunicações digitais e pelo empobrecimento do mecanismo de transparência do Estado. “Não apenas houve o abuso dos sigilos de informações públicas e uma menor transparência dos dados abertos, mas um descaso com toda a massa digital do Estado brasileiro, o que prejudicou o acesso à informação”, pondera.

É necessário regular como funcionam as estruturas e os mecanismos que

sustentam as plataformas digitais, que são negócios em busca de lucro e favorecem os grupos hegemônicos. “A alteração dessa lógica não pode se dar só nas camadas superiores, como legislações abusivas de regulação de conteúdo, multas e banimentos, pois esses podem violar liberdades de expressão. O foco deve ser como essas empresas se inserem no mercado global, como desenvolvem *softwares*, fazem moderação de conteúdos, entre outros”, destaca Lara.

Como saída para a regulação das plataformas, Lara cita a retomada de políticas que garantam soberania tecnológica ao Brasil, descentralizem os serviços de conglomerados estrangeiros e deixem o País competitivo para quando surgirem novas tecnologias, já que a internet muda constantemente e as redes sociais e os aplicativos possuem certa data de validade. Há ainda, para ele, a necessidade de aprovar

marcos e instâncias regulatórias nos moldes de outros campos estratégicos, como já acontece com a energia elétrica, a água e a comunicação, o que garantiria serviços digitais e modos de fazer mais competitivos, abertos e menos oligárquicos. Boas inspirações podem ser as iniciativas da União Europeia: *Digital Services Act* (DAS) e *Digital Markets Act* (DMA),³⁶ normas pensadas para regular parte dos serviços e do mercado em ambiente digital. Para completar, o Brasil também carece de adoção de medidas para combater o financiamento de campanhas desinformativas com recursos públicos.

O Legislativo exige monitoramento

É no campo do Legislativo que embates sobre o acesso aos direitos digitais acontecem. Nele, merece destaque o Projeto de Lei n. 2630/2020, conhecido como “PL das Fake News”. Ele traz uma série de determinações relativas à regulação das plataformas

digitais e à aplicação dos princípios da administração pública aos perfis de redes sociais de agentes políticos, por exemplo. Além disso, tramitavam no Congresso Nacional, em 2022, dezenas de projetos que objetivavam combater a desinformação.³⁷ Parte deles visa a modificar o Marco Civil da Internet em temas como privacidade, liberdade de expressão e responsabilização dos intermediários, porém muitas dessas iniciativas indicam dispositivos que podem colocar em risco a liberdade de expressão. Há ainda uma inclinação do Brasil em tentar criminalizar pessoas pesquisadoras e ativistas da segurança da informação que trabalham em prol da defesa dos direitos humanos no âmbito digital.

Nas discussões da Lei do Estado Democrático, que substituiu a Lei de Segurança Nacional no Brasil, houve a tentativa de tipificar o crime de espionagem em ambiente online, sem trazer a ressalva ao trabalho de fiscalização realizado por jornalistas e

³⁶ <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/digital-services-act-package>

³⁷ <https://www12.senado.leg.br/noticias/noticias/materias/2022/09/26/projetos-em-analise-no-senado-combatem-desinformacao-e-fake-news>

pela sociedade civil. Em dezembro de 2021, o Brasil aprovou sem debates a adesão à Convenção de Budapeste sobre Crimes Cibernéticos.³⁸ Em todos os casos, o País não possui uma legislação que proteja atividades de denunciadores, os chamados “*whistle-blowers*”, algo que também precisaria ser revisto. Lara aponta, ainda, a necessidade de marcos legais em relação à operação de televisão e rádios digitais. “Precisamos avançar no campo das telecomunicações, verificar canais e concessões para igrejas, se há monopólios, e regular as produções regionais também”, elenca.

Pontos de tensão: privacidade, proteção de dados e tecnologias de censura

As contribuições da ARTIGO 19 para a RPU-Brasil³⁹ também apontaram a necessidade de uma adoção crítica de tecnologias de reconhecimento facial em espaços públicos e de vigilância de dados de biometria. A sua aplicação

ainda coloca em risco o exercício de direitos fundamentais, principalmente de pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, pessoas negras, pobres e transgêneras.

“Ainda carecemos de regulação de inteligência artificial e da chamada ‘Internet das Coisas’, tecnologias emergentes que serão relevantes do ponto de vista de cidades inteligentes. Elas precisam ser testadas para que se compreenda seu impacto sobre os direitos humanos, principalmente quando são usadas aliadas a lógicas de poder econômico e político”, destaca Lara. “Além disso, navegadores de internet e telefones celulares são máquinas de vigilância, e há o desafio de evitar que a exploração desenfreada dos dados afete direitos fundamentais”, completa o especialista. No âmbito da esfera pública, ainda são necessárias medidas para a adequação dos serviços públicos às exigências da LGPD sobre os direitos das pessoas titulares de dados processados pelo poder público.

³⁸ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/15/aprovada-adesao-do-brasil-a-convencao-sobre-o-crime-cibernetico>

³⁹ <https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2022/05/UPR-Brazil-PT2.pdf>

Exclusão digital não pode continuar negando direitos básicos

As desigualdades estruturais no País se refletem no direito ao acesso à internet, reconhecido pelo Marco Civil da Internet, mas nunca respeitado. A exclusão digital bloqueia o acesso a outros direitos fundamentais, como ficou evidente durante a pandemia da Covid-19, quando atividades escolares, laborais e os serviços do Estado foram realizados majoritariamente online.

Segundo dados de 2020 do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br),⁴⁰ no Brasil, as desigualdades no acesso à internet eram estruturais: apenas 30% da população das classes D e E haviam usado um computador pelo menos uma vez na vida, contra 88% da classe A. Quanto ao tipo de dispositivo utilizado, 62% de pessoas indígenas e 60% de pretas utilizavam a rede exclusivamente pelo celular, contra 48% das brancas.

Nas contribuições para a RPU-Brasil, a ARTIGO 19 recomendou a criação urgente de políticas públicas de inclusão digital e universalização do acesso à internet, priorizando populações em condição de vulnerabilidade. Com os serviços digitais concentrados em grandes empresas estrangeiras, é utilizada, atualmente, uma infraestrutura externa ao País, fazendo-se necessária a criação de uma infraestrutura que seja autônoma, soberana e autogerida.

Para Lara, as rádios comunitárias atendem esses requisitos e são ótimas experiências no Brasil e na América Latina. Para o futuro, o especialista ressalta a importância de dar concessões para elas funcionarem como provedores de internet. Isso ajudaria a expandir o acesso à internet para áreas nas quais as grandes operadoras não têm interesse em criar infraestrutura, por não verem campo de atuação e expansão comercial, como é o caso das regiões habitadas pelas populações tradicionais.

⁴⁰ <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2020/domicilios/A4>

Novos olhares para as tecnologias de voto e seus papéis

O mundo enfrenta discussões sobre os procedimentos tecnológicos utilizados para dar legitimidade ao processo eleitoral. O Brasil possui a segurança das urnas eletrônicas atestada e auditada, porém seu aprimoramento deve ser constante. “Nossa tecnologia tem se mostrado segura ao longo do tempo, entretanto, todas as arquiteturas tecnológicas são passíveis de fraude e há inovações tecnológicas que despontam. Assim, é preciso um debate sobre aperfeiçoamentos nas tecnologias de voto que não seja superficial ou usado para atacar a democracia. Essa discussão deve envolver os Poderes Judiciário, Legislativo, Executivo e toda a sociedade civil”, indica Lara.

As tecnologias terão um papel importante na retomada dos comitês e dos conselhos participativos, que reúnem representantes da sociedade civil para se envolverem nas discussões sobre políticas públicas. “É necessário retomar a produção de dados

pelos institutos de monitoramento de informações públicas, como o Inep e o IBGE. Assim, os conselhos estarão bem informados para a tomada de decisões. Um segundo ponto é a tecnologia em si, como o uso de satélites e o monitoramento remoto para contextualizar, no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a situação do desmatamento”, ilustra.

Tendências a serem observadas

Há ainda tendências que surgem no campo dos direitos digitais. É o caso dos videogames, que globalmente apresentam uma propensão de formar um território de colonização da extrema direita,⁴¹ tanto nos fóruns de discussão sobre o tema quanto na própria produção de jogos, os quais podem divulgar conteúdos de ódio e de ataque às instituições democráticas. “É um mercado crescente, que não apenas mistura cadeias produtivas de tecnologia e arte como também impacta a juventude e a infância”, alerta Lara.

⁴¹ <https://canalmynews.com.br/brasil/gamers-ajudam-a-alimentar-maquina-de-desinformacao-diz-professor>

Os próximos quatro anos também exigirão observar a relação entre tecnologia e trabalho, visando a garantir direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras de plataformas digitais. A lista inclui não apenas pessoas que realizam entrega de alimentos e motoristas

de aplicativo de mobilidade urbana, mas também produtores e produtoras de conteúdo, artistas e profissionais da música que nem sempre são devidamente creditados e remunerados pelos seus trabalhos disponibilizados nas plataformas de *streaming*.

Falta de acesso à internet produz desigualdades

A falta de acesso à internet 3G/4G no celular foi um motivo para que:

39%

dos usuários das classes C, D e E deixassem de acessar políticas públicas

33%

dos usuários deixassem de acessar serviços públicos

24%

dos usuários deixassem de receber algum benefício, como o Auxílio Emergencial

Fonte: RPU-Brasil (2022) e Idec & Locomotiva (2021)⁴²

⁴² <https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2022/05/UPR-Brazil-PT2.pdf>



EN TRE VIS TAS

39

Elisa Lucinda	40
Pedro José Vaca Villareal	46
Juliana Dal Piva	54
Ronilso Pacheco	60

Entrevista



Foto: Divulgação

Elisa Lucinda

Atriz, cantora, escritora e poetisa

**A arte é a educação informal
mais potente que se tem**

O governo antecessor foi marcado pelo rebaixamento do Ministério da Cultura (MinC) à condição de secretaria e por ataques aos setores da cultura. Segundo o Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística (MOBILE), do qual a ARTIGO 19 faz parte, até junho de 2022, foram computados ao menos 241 casos de censura, desmonte e autoritarismo contra o setor durante a administração de Jair Messias Bolsonaro (PL), sendo 90,5% deles protagonizados pelo próprio Poder Executivo.⁴³ A nova gestão do Governo Federal teve como primeiras medidas não apenas reativar o MinC, mas também colocar à sua frente a cantora Margareth Menezes, primeira mulher negra a ocupar o cargo de ministra da cultura. Para Elisa Lucinda, atriz, escritora, cantora, poetisa e militante pela cultura brasileira, “Margareth é símbolo de quilombagem, ela sozinha no palco é um quilombo. Vejo a força de trabalho dessa mulher e o mercado que ela criou. Ela é empreendedora, internacional, negra, inteligente e canta convocando a nação. É uma Dandara e, simbolicamente, um espetáculo para nós”.

Lucinda nasceu em Cariacica (ES) e se formou em Jornalismo, profissão que exerceu até se mudar para o Rio de Janeiro (RJ), em 1986, para se tornar atriz. Sua trajetória inclui mais de 36 participações em novelas, séries e filmes. Em 1994, publicou seu primeiro livro de poesia, *Os semelhantes*. Já em 2020, recebeu o prêmio especial do júri no Festival de Gramado por sua atuação no filme *Por que você não chora?*, dirigido por Cibele Amaral. Em entrevista à nossa revista, ela avalia o papel da cultura e dos trabalhadores do setor na reconstrução do País.

⁴³ <https://movimentomobile.org.br/mapa-da-censura>

ARTIGO 19: *Como você avalia o impacto da gestão Bolsonaro na cultura brasileira?*

Elisa Lucinda: A grande metáfora e a síntese desse desgoverno estão na devastação da Amazônia e no rebaiamento do Ministério da Cultura para uma secretaria. No segundo caso, deixou como lição que cultura, pensamento crítico, ciência e a gente se pensar enquanto sociedade eram desimportantes, porque isso é uma das coisas que as artes fazem: retratar a própria sociedade e garantir que tenhamos um mundo simbólico. A arte fotografa o casal, a devastação das florestas, o preconceito, colocando-os no cinema, no livro, nas telas, e esse retrato nos forma enquanto sociedade. A arte é a educação informal mais potente que se tem. Como legado, esse governo anterior deixou também mais mortes de indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, o garimpo ilegal, um país armado e ignorante. O ataque foi certeiro e deixou uma devastação.

ARTIGO 19: *Como o desmonte impactou a classe artística diretamente?*

EL: Eu vi o desmonte de perto. Os trabalhadores das artes ficaram desprotegidos na pandemia e expostos à miséria. Quem tinha um pouco de dinheiro guardado conseguiu sustentar

seus músicos, seus camareiros, fez o que pôde. Mas quem não tinha nada, quem pagava aluguel com dinheiro de bilheteria, precisou morar na casa de parente. Os artistas foram os primeiros a precisar parar, e não havia projeto ou subsídio para nós. Até mesmo com o apoio da Lei Aldir Blanc (de auxílio ao setor cultural), teve ator que entrou em miséria, sem ter o que comer. Além disso, tivemos fascistas na Fundação Cultural Palmares, na Fundação Nacional das Artes (Funarte) e na própria Secretaria de Cultura, com o então secretário Roberto Alvim fazendo uma manifestação explicitamente nazista. Mas, em relação aos ataques sofridos pela classe artística, o que eles (extrema direita) fizeram de pior para os trabalhadores das artes, algo que me fez chorar, foi terem colocado o nosso público contra nós. Fomos chamados de vagabundos, falaram que mamávamos na Lei Rouanet, uma legislação que a população desconhecia. Foi surreal, e violentou a classe artística. Penso que teve muito de revanchismo do governo com os artistas também porque, dentro da nossa lucidez, a gente se colocou contra os retrocessos que eles tentaram impor.

ARTIGO 19: *Como você avalia a censura e a repressão por parte do Estado contra artistas nos últimos anos?*

“Penso que teve muito de revanchismo do governo com os artistas também porque, dentro da nossa lucidez, a gente se colocou contra os retrocessos que eles tentaram impor”

EL: A extrema direita, embora tenha se apropriado com facilidade dos meios digitais, é tradicional do ponto de vista estrutural. Seus ritos de tentar proibir e censurar as artes e o pensamento crítico são os mesmos em todos os lugares, seja aqui ou na Espanha. Essa censura ideológica pôde ser vista na tentativa de impedir que o filme *Marighella* entrasse em cartaz, alegando supostos reveses burocráticos, mas que, no fundo, era censura. Eu vivi duas situações graves: a primeira foi o cancelamento de uma palestra minha para professores no Sul do País. Soube que a alegação foi de que eu seria de esquerda e poderia ideologizar o

público. A segunda foi durante a peça *Parem de falar mal da rotina*, que já está em cartaz há duas décadas, e na qual, em certo momento, eu digo um texto sobre igualdade, “que não haverá paz vinda da injustiça, porque, se pouca gente come muito e muita gente come pouco, haverá guerra”. Uma mulher, desrespeitando o rito do teatro, levantou-se e gritou: “Eu vim aqui assistir comédia, e não política”. Muitos se levantaram em oposição a ela, mas aquilo me assustou. O que acontece é que o bolsonarismo autorizou essa coisa invasiva, autoritária, ditatorial e fascista, e travestiu isso tudo de liberdade de expressão. É tão grave que tenho lutado para os

“Liberdade de expressão e volta da ditadura militar não cabem no mesmo período; nem gramatical, nem histórico”

teatros terem detectores de metais, assim como nos shows de música. A censura voltou em nome da pátria, de Deus e da família.

ARTIGO 19: *Qual a importância da cultura e da liberdade artística neste atual momento da democracia?*

EL: Toda, pois temos responsabilidade principalmente com a nova geração. Estava em cartaz em Joinville (SC), e saí do hotel para buscar uma farmácia, quando pedi informação a uma jovem de 20 anos, que me apontou um estabelecimento depois de uma manifestação. Questionei que manifestação era aquela e ela me contou que eles lutavam contra o resultado das eleições, pela volta da ditadura militar e pela liberdade de expressão. Eu respondi que “liberdade de expressão e volta da ditadura militar não cabem no mesmo período; nem gramatical, nem histórico”. Eu vi uma menina perdida. Realmente, aumentou o número de jovens de extrema direita. Quem vai arrumar essa casa também é a cultura, que vai

ajudar a limpar a contaminação que atingiu conceitos fundamentais, como o que é ‘democracia’.

ARTIGO 19: *Em quais bases você acredita que a reconstrução da democracia e da liberdade de expressão artística deve acontecer?*

EL: Penso que é necessária a incorporação no conteúdo escolar e aliar esse trabalho com o acesso a equipamentos de cultura pela sociedade, seja cinema, teatro ou acervo dos museus. Ensinar associando a escola a espaços culturais é um caminho. Além disso, é fundamental um conteúdo escolar que se comprometa com a verdade histórica, pois ainda homenageamos nossos vilões, como os bandeirantes, que eram, em sua maioria, caçadores de escravos, sádicos, torturadores e capitães do mato. São esses homens que ainda dão nome a rodovias e pontos culturais, enquanto os 380 anos de escravidão são espremidos em três páginas de livros didáticos. Os jovens se formam sem entender as culturas negras e

*“Artistas têm que ser convocados para participar dessa reconstrução nacional com **mão na massa**, e existem coisas interessantes que podemos fazer, como ensinar **teatro, música e outras manifestações artísticas nas escolas públicas**”*

indígenas, sem saber o que é Banto ou Iorubá. Essa revisão histórica precisa acontecer, até por uma questão de sustentabilidade. A ecologia precisa dos conhecimentos dos povos tradicionais e da sua relação com a natureza, pois a do homem branco é predatória. Penso que artistas têm que ser convocados para participar dessa reconstrução nacional com mão na massa, e existem coisas interessantes que podemos fazer, como ensinar teatro, música e outras manifestações artísticas nas escolas públicas, o que é uma forma de tornar nossa arte sustentável também.

ARTIGO 19: *Qual a importância de fomentar a diversidade cultural, incluindo as culturas periféricas e LGBTQIAPN+?*

EL: A importância é da sobrevivência da civilização, pois ou a gente pega

esse caminho da contemporaneidade, ou a história passará como um trator em cima das nossas cabeças. Não sou gay, mas a luta contra a homofobia é minha também, porque é uma luta pela dignidade humana. Vejo essa quantidade de jovens trans sendo colocados para fora de suas casas. Estou de saco cheio de encontrar, a essa altura, homofobia e racismo, na esquerda inclusive. Eu encontro os corpos pretos na casa dos meus amigos de esquerda da mesma forma: são seus garçons, babás e motoristas, nunca seus amigos ou namorados. Seria mais fácil se essas problemáticas fossem restritas ao bolsonarismo, mas é necessário lavar essa roupa também em setores progressistas. É preciso que essas pautas avancem, porque não se pode fazer uma análise do Brasil sem recorte de raça e gênero. Temos muito serviço.

Entrevista



Foto: Divulgação

Pedro José Vaca Villareal

Advogado e Relator Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH

**É hora de analisar
criticamente as decisões
adotadas no passado**

A atual gestão do Governo Federal herda um terreno desfavorável em termos de garantias aos direitos de liberdade de expressão, manifestação e imprensa. Entre 2019 e 2022, no Brasil, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (RELE) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), registrou ataques e judicialização contra jornalistas; decisões tomadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário sem diálogo com a sociedade civil; a existência de campanhas de desinformação deliberadas, principalmente no período eleitoral; e o aumento da violência política e de discursos discriminatórios, entre outros temas sensíveis.

Entrevistamos Pedro José Vaca Villarreal, relator especial da CIDH, que está à frente dessa análise atenta. Advogado formado pela Universidade Nacional da Colômbia, ele foi diretor da Fundação para a Liberdade de Imprensa (FLIP) e integrou o conselho diretor da organização Intercâmbio Internacional de Liberdade de Expressão (IFEX, em inglês). “O grande desafio do Brasil é retomar uma profunda convicção social e institucional na qual os fatos verificados sejam a base para que diversos pontos de vista deliberem sobre o seu futuro. Há uma ruptura evidente na sociedade e um isolamento de pontos de vista comuns dentro dela, ou seja, os níveis de entendimento, mesmo sobre os mesmos problemas. Não existem pontos de partida comuns, e as normas de direitos humanos podem ser úteis para isso”, afirma Villarreal.

ARTIGO 19: *Como você avalia as políticas democráticas e de direitos humanos no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro?*

Pedro José Vaca Villarreal: Podemos traçar um paralelo com o que a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão (RELE) registrou entre 2019 e 2022. Observamos graves denúncias quanto à garantia de direitos, foram reportadas ações consideradas contrárias aos valores democráticos e que geraram impacto negativo sobre minorias e grupos vulneráveis, além de um ambiente hostil para a atuação independente da imprensa. Posso dizer que a tensão entre o governo e o Judiciário se agravou depois de decisões que não agradaram ao governo. Também há denúncias sobre desinformação, estigmatização, assédio e atos de violência contra meios de comunicação e jornalistas; acentuou-se a polarização e foram recebidas quei-

xas sobre o aumento do discurso de ódio, limitações às expressões artísticas e culturais e barreiras ao acesso à informação pública, questão que afeta diretamente a transparência nos processos políticos e governamentais do País. No entanto, há confiança na força da institucionalidade democrática do Brasil, que carrega consigo um sólido sistema de freios e contrapesos, o que foi comprovado durante o mandato do ex-presidente Bolsonaro.

ARTIGO 19: *No campo da liberdade de expressão, quais serão os desafios do Brasil?*

PJVV: O Brasil terá de enfrentar desafios relacionados ao respeito às críticas, às divergências e à multiplicidade de opiniões que podem ser dadas em uma sociedade, que nem sempre serão favoráveis aos ideais promovidos pelo governo. É importante trabalhar em um fortalecimento do diálogo

“Há confiança na força da institucionalidade democrática do Brasil, que carrega consigo um sólido sistema de freios e contrapesos, o que foi comprovado durante o mandato do ex-presidente Bolsonaro”

“É hora de analisar criticamente as decisões adotadas no passado, averiguar omissões de autoridades que deveriam ter agido e eventuais excessos, esclarecer opacidades, definir o alcance das restrições impostas aos novos precedentes, dos mecanismos criados, e avaliar o impacto da ânsia ou urgência de limitar certos discursos”

com os setores de oposição, para que a polarização política que o país vive processe as controvérsias através das divergências e do diálogo político. É essencial que todos os setores políticos mantenham explícita distância da violência, da discriminação e da exclusão.

Entre outras frentes, é importante trabalhar a favor da proteção do direito ao protesto e lutar contra a impunidade em ataques e crimes contra os meios de comunicação e seus jorna-

listas, porque, se há impunidade, o medo de informar aumenta e a autocensura se instaura nas redações. Uma sociedade com uma mídia plural e diversificada será uma sociedade mais bem informada, que poderá tomar decisões com a informação mais abrangente disponível. Essa mídia também precisa de garantias judiciais de proteção em relação às Ações Estratégicas Contra a Participação Pública (em inglês, SLAPP) e precisa ter garantido o exercício de seus profissionais.

Por fim, acredito que um dos principais desafios para os próximos anos é como olhar com uma perspectiva crítica para o intenso desdobramento institucional dos últimos anos, nos diferentes Poderes do Estado, em questões ligadas à liberdade de expressão. É hora de analisar criticamente as decisões adotadas no passado, averiguar omissões de autoridades que deveriam ter agido e eventuais excessos, esclarecer opacidades, definir o alcance das restrições impostas aos novos precedentes, dos mecanismos criados, e avaliar o impacto da ânsia ou urgência de limitar certos discursos. Não é um exercício que deve focar apenas os governos ou certas autoridades do passado, e sim a institucionalidade como um todo.

ARTIGO 19: *Recentemente, houve ataques aos Três Poderes por parte da extrema direita no Brasil. Qual mensagem esses ataques transmitem às instituições democráticas?*

PJVV: Nós da Relatoria e da CIDH repudiamos os fatos ocorridos no início

do ano, que geraram atos de violência contra as instituições democráticas, episódios violentos, bem como danos a jornalistas, não apenas danos a seus instrumentos de trabalho, mas também danos físicos, conforme noticiado à época pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. Agora, a mensagem transmitida foi a de ignorar as instituições democráticas, afetando outros direitos, em um contexto que buscava gerar desconfiança nas instituições eleitorais após os resultados que deram a vitória ao adversário político do ex-presidente Bolsonaro. Em comunicado de 23 de janeiro,⁴⁴ a CIDH definiu essas manifestações como “ataques contra as instituições”, que representam “um ataque contra a democracia”.

ARTIGO 19: *Por que não são manifestações a favor da liberdade de expressão? O que as diferencia das manifestações democráticas?*

PJVV: Presume-se que sejam resguardados *ab initio* os mais diversos conteúdos dos discursos e reivindi-

⁴⁴ <https://www.oas.org/es/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2023/006.asp>

cações de um protesto, mas o artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) não protege a propaganda de guerra nem qualquer apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constituam incitação à violência ou qualquer outra ação ilegal semelhante contra qualquer pessoa ou grupo de pessoas, por qualquer motivo, incluindo raça, cor, religião, idioma ou origem nacional. Enquadrar um discurso nesse pressuposto exige prova atual, certa, objetiva e contundente de que existe a intenção manifesta de cometer crimes ou de atentar contra a ordem pública ou a segurança nacional; além de uma

possibilidade atual, real e efetiva de alcançar seus objetivos. Mais do que caracterizar o 8 de janeiro como uma manifestação de discursos protegidos ou não pela CADH – o que requer uma análise contextual do caso concreto –, é particularmente importante compreender os antecedentes e as raízes desses acontecimentos.

As manifestações foram consequência do agravamento da deterioração do debate público no País. Nesse sentido, é importante lembrar que o 8 de janeiro foi precedido por um contexto de profundas tensões sociais, violência política e questionamento

“O artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) não protege a propaganda de guerra nem qualquer apologia ao ódio nacional, racial ou religioso”

sem evidências dos resultados das eleições presidenciais de 2022. Durante meses foram realizadas manifestações questionando os resultados, inclusive dirigidas às Forças Armadas, e que não foram respondidas com a transmissão de mensagens claras e inequívocas por parte das altas autoridades do Poder Executivo ou das Forças Armadas no sentido de manter a ordem constitucional e institucional vigente. Há, portanto, uma mistura de discursos de funcionários públicos de alta patente que não cumpriram com seu dever de apurar razoavelmente os fatos em que baseiam suas opiniões e críticas, e de respeitar os direitos humanos, com expressivos silêncios em situações em que seus pronunciamentos seriam não só um poder legítimo, mas também um dever.

A RELE já fazia esse diagnóstico no ano passado, quando publicou um conjunto de convocações às autoridades públicas, eleitorais e partidárias do Brasil. Hoje, olhando em retrospectiva, constato que durante as eleições e nos meses seguintes houve uma constante omissão dos partidos políticos e de algumas autoridades em responder a essas convocações. As aspirações de definir responsabilidades pelos acontecimentos de 8 de janeiro – ou seja, investigar, processar e punir os

responsáveis pelos atos de violência, respeitando o devido processo legal – devem ocorrer juntamente com o reconhecimento de um ambiente previamente estabelecido.

ARTIGO 19: *Quais lições o Brasil pode aprender com os países latino-americanos para reconstruir e fortalecer a democracia?*

PJVV: Infelizmente, mais do que as possíveis soluções, a América Latina hoje compartilha dos mesmos problemas em termos da atuação dos agentes governamentais. Este não é particularmente um momento em que é possível destacar facilmente bons exemplos da relação dos governos com a imprensa ou com vozes críticas. Com relação aos porta-vozes institucionais, cada vez mais faltam bons exemplos, e essa lacuna ou déficit é uma área em que seria muito valioso para a região se o Brasil passasse de um governo estigmatizado a um governo de referência em sua abordagem à liberdade de expressão. Na relação entre os Estados e os cidadãos que protestam, a região é marcada mais pela repressão do que pela gestão dos protestos na perspectiva do diálogo. Por outro lado, em nível legislativo, podemos apontar alguns bons exemplos, em práticas que têm destacado a par-

“Esta postura crítica é imprescindível para a continuidade do progresso em matéria de liberdade de expressão, especialmente em um momento em que o autoritarismo assume diferentes formas, muitas vezes com uma roupagem aparentemente democrática”

ticipação social. Acho que o Brasil é um bom exemplo de que podem existir processos legislativos que garantam amplas consultas públicas, desde que acompanhados da vontade política do parlamento.

A sociedade civil da região tem construído pontes e diálogos interessantes, atuando de forma articulada na abordagem de alguns temas e, em geral, vemos um bom exemplo, especialmente no caso das organizações da sociedade civil, que conseguem um equilíbrio entre o reconhecimento dos

avanços e uma postura crítica em relação às políticas governamentais. Esta postura crítica é imprescindível para a continuidade do progresso em matéria de liberdade de expressão, especialmente em um momento em que o autoritarismo assume diferentes formas, muitas vezes com uma roupagem aparentemente democrática. Destaco em particular a capacidade de constatar posições, decisões ou políticas autoritárias, mais ou menos generalizadas, no âmbito de governos que, em geral, respondem a uma estrutura democrática.

Entrevista



Foto: Mauro Figa/Divulgação

Juliana Dal Piva

Jornalista, pesquisadora e colunista do UOL

**A sociedade civil ainda é
um ambiente agressivo
para nós, jornalistas**

Juliana Dal Piva é graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e teve passagem pela maioria dos veículos nacionais, tendo sido repórter especial do jornal *O Globo* e da revista *Época*, além de colunista do UOL. Sua experiência inclui a cobertura de questões sociais, políticas e de direitos humanos, bem como a fundação, ao lado de outros profissionais, da Agência Lupa, especializada em checagem de dados. Foi apresentadora do *podcast A vida secreta de Jair* e é autora do livro *O negócio do Jair: a história proibida do clã Bolsonaro*, resultado de mais de três anos de apuração sobre a evolução dos patrimônios econômico e político de Jair Bolsonaro e sua família.

Sua vasta experiência no jornalismo investigativo lhe rendeu prêmios – e ameaças também. Sobre esse assunto, Dal Piva explica que, seja como consequência de campanhas de desinformação, seja por polarizações partidárias, uma parte da violência contra a imprensa também vem da sociedade civil.⁴⁵ Em entrevista à Revista Artigo 19, ela analisa os desafios para a liberdade de imprensa nos próximos quatro anos e o papel dos jornalistas, comunicadores, comunicadoras e meios de comunicação na reconstrução dos pactos democráticos do País.

⁴⁵ Essa realidade de violência foi descrita em nosso Relatório Global de Expressão 2022. Em 2021: foram 430 ameaças à liberdade de imprensa, mais que o dobro do computado em 2018, ano em que Bolsonaro foi eleito presidente. <https://artigo19.org/2022/06/30/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-perdeu-liberdade-de-expressao-nos-ultimos-dez-anos-aponta-levantamento-da-artigo19>

ARTIGO 19: *Como você avalia a relação do governo Bolsonaro com a imprensa nos últimos quatro anos?*

Juliana Dal Piva: Nunca existiu uma relação de fato ou se quis ter um diálogo com a imprensa. A estratégia do Bolsonaro era de ataque. Ele deixava a claque [conjunto de admiradores ou partidários de alguém ou algo], concretamente, no cercadinho para atacar colegas jornalistas. Além disso, não respondia questionamentos, as secretarias de comunicação não enviavam respostas, e ele utilizou seu próprio perfil nas redes sociais para atacar pessoalmente jornalistas ou incitar a violência contra eles, com destaque

para Patrícia Campos Mello⁴⁶ e Vera Magalhães⁴⁷. Ou seja, foi uma relação de agressão.

ARTIGO 19: *Durante as investigações sobre os patrimônios político e financeiro da família Bolsonaro, houve ameaças ou insegurança no exercício do seu trabalho?*

JDP: Houve a ameaça por mensagem de celular feita por Frederick Wassef [advogado da família de Jair Bolsonaro] logo depois da publicação do *podcast* com a investigação, em 2021.⁴⁸ Outra vez, ele havia me dito que a violência no Rio de Janeiro (RJ) era perigosa e eu poderia tomar um tiro na

⁴⁶ Em fevereiro de 2020, Bolsonaro sugeriu que Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha de S. Paulo, havia se insinuado sexualmente para obter informações. Em reportagem, a jornalista denunciou o uso de mensagens ilegais durante a campanha presidencial.
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/18/interna_politica,828834/bolsonaro-sobre-reporter-da-folha-ela-queria-dar-um-furo-jornal-reage.shtml

⁴⁷ A jornalista Vera Magalhães foi atacada verbalmente por Bolsonaro, candidato à reeleição pelo Partido Liberal (PL), durante o primeiro debate presidencial, que aconteceu em 28/08/2022.
<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/08/28/jornalistas-mulheres-defendem-vera-magalhaes-apos-ataque-de-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>

⁴⁸ Em mensagem de texto, Frederick Wassef teria sugerido que jornalistas que investigavam autoridades em determinadas localidades do mundo poderiam sofrer represálias: “Lá na China, você desapareceria, e não iriam nem encontrar o seu corpo”.

cara, isso como uma maneira de me intimidar. Na sequência, também iniciaram ataques nas redes sociais.

ARTIGO 19: *Como você enxerga o legado do governo Bolsonaro em relação ao sigilo de informações? Quais serão os desafios futuros em relação a isso?*

JDP: Fizeram essa interpretação equivocada da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) visando a cercear a Lei de Acesso à Informação (LAI), que não são leis conflitantes, e o governo Bolsonaro fez uso disso para cercear o acesso à informação pública. Um ponto positivo do novo governo é revisar esses atos anteriores. Essa interpretação foi equivocada e proposital. Havia uma relação de má vontade com a imprensa, então eles queriam tirar todo o acesso possível do jornalista às informações. Eu espero que esse movimento do Executivo reverbere, porque a gente sente essa mesma tentativa de barrar informações em outras áreas e setores locais. Por exemplo, é completamente possível um órgão tarjar um Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou uma informação pessoal que porventura apareça e liberar o documento para a imprensa ou sociedade civil consultar, você não precisa bloquear o documento inteiro por isso.

ARTIGO 19: *Como o apagão de dados no governo anterior impacta o trabalho como jornalista?*

JDP: Eu penso que esse é um problema cujo tamanho a gente vai descobrir em andamento. Temos poucos dias do novo governo e vemos que dados que estavam no portal da transparência não batem com outros detalhamentos. Então, estamos tentando entender ainda. Com certeza impactou, mas não sabemos o tamanho do impacto.

ARTIGO 19: *Sobre campanhas de desinformação, como impedir o avanço da dominação da extrema direita nas redes sociais?*

JDP: Esse debate é um dos mais complexos e desafiadores do ponto de vista da comunicação, senão o maior. Nada fará com que isso desapareça completamente. Acho que o processo de identificar e responsabilizar as pessoas que fazem campanhas de desinformação é um ponto. Quem faz isso de maneira sistemática, organizada, precisa ser responsabilizado. E, para a sociedade, é necessário aprender sobre a responsabilidade de compartilhamento de uma notícia, como conferir as informações minimamente. O código penal não pode valer só para fora da internet, mas dentro dela também.

Nesse sentido, os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro foram graves, mas houve outras violências antes disso. Eu penso que o processo de trazer responsabilização para as pessoas praticantes é importante para tentar melhorar esse ambiente. Outro ponto é discutir a regulação das plataformas, que agem como se elas não tivessem nada a ver com a discussão e não fossem parte do problema.

ARTIGO 19: *Na reconstrução da democracia, qual será o papel da imprensa?*

JDP: Penso que o desafio, e também o papel da imprensa, será cobrir diferentes áreas do País, porque ele foi

arrasado em diferentes setores: há crise econômica, há a tragédia [da fome] envolvendo os Yanomamis,⁴⁹ os atentados contra a democracia, o futuro das questões criminais envolvendo membros do governo Bolsonaro, entre outros. Haja jornalista para tudo isso!

ARTIGO 19: *Na atual gestão do Governo Federal, o que precisará ser reconstruído na relação entre os Poderes Executivo e Legislativo e a mídia?*

JDP: É incomparável o tratamento dos dois últimos governos em relação à imprensa; essa comparação seria uma falsa simetria. Porém alguns episódios recentes demonstram problemas no atual governo também. Achei

“Penso que o desafio, e também o papel da imprensa, será cobrir diferentes áreas do País, porque ele foi arrasado em diferentes setores: há crise econômica, há a tragédia envolvendo os Yanomamis, os atentados contra a democracia, o futuro das questões criminais envolvendo membros do governo Bolsonaro, entre outros”

⁴⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/fome-transforma-aldeias-yanomamis-e-faz-aumentar-resgates-aereos-de-criancas-e-idosos-desnutridos.shtml>

ruim a nota da Secretaria de Comunicação do Governo Federal (Secom) contra a fotógrafa Gabriela Biló sobre uma foto do presidente Lula.⁵⁰ Pode-se criticar o trabalho ou questionar a técnica usada, mas a nota extrapola isso, o que não é saudável para a liberdade de imprensa e para o fotojornalismo. Mas, de modo geral, precisa-se reconstruir diálogos, como já visto em alguns episódios, como a retomada do café da manhã do presidente com os jornalistas. O processo de cobertura da transição dos governos teve tranquilidade também. O respeito tem que ser cultivado e tem de haver a separação entre crítica e ofensa, principalmente, não personalizar essa crítica, como acon-

tece quando os seguidores de um presidente vêm pessoalmente atacar o jornalista, citando seu caráter como profissional, fazendo montagens ou marcando o arroba do profissional nas redes sociais para que uma horda de pessoas o encontrem e o ataquem. No caso da Gabriela, a foto que ela fez tinha um vidro trincado e fizeram montagens a partir dela, com a jornalista no centro com um tiro na cabeça e escorrendo sangue. Isso veio de admiradores do presidente Lula, o que é grave. Isso veio da sociedade civil, que ainda é um ambiente agressivo para nós, jornalistas. Falta ainda essa consciência de separar a crítica das ofensas, de uma crítica feita para a imprensa melhorar.

“O respeito tem que ser cultivado e tem de haver a separação entre crítica e ofensa, principalmente, não personalizar essa crítica, como acontece quando os seguidores de um presidente vêm pessoalmente atacar o jornalista”

⁵⁰ De autoria da fotógrafa Gabriela Biló, a foto publicada pela Folha de S. Paulo no dia 19/01/2023 era composta pela técnica de dupla exposição e continha a imagem do presidente Lula com estilhaços de vidro na altura do coração. Em nota, a Secretaria de Comunicação do Governo Federal (Secom) afirmou: “É lamentável que o jornal Folha de S. Paulo tenha produzido e veiculado uma imagem não jornalística sugerindo violência contra o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no contexto dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Trata-se de uma montagem, por não retratar nenhum momento que tenha acontecido”.

Entrevista

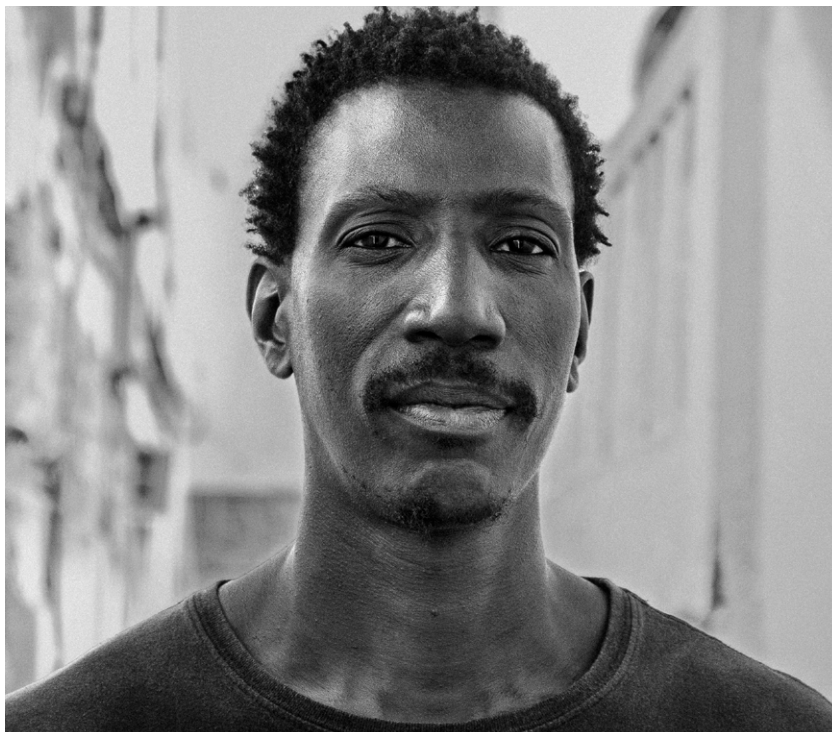


Foto: Divulgação

Ronilso Pacheco

Teólogo, pastor e professor na Universidade de Oklahoma (EUA)

A religião também tem papel mobilizador na democracia

O Brasil assistiu, nos últimos anos, a pelo menos duas problemáticas que combinam intolerância religiosa e ataques aos direitos de liberdade de expressão e de manifestação. A primeira delas é a participação de lideranças religiosas do fundamentalismo cristão em ações antidemocráticas, como a ocorrida em 8 de janeiro de 2023. Pastores – alguns deles com mandato em cargos políticos eletivos – convocaram, organizaram e participaram dos atos que vandalizaram os prédios dos Três Poderes.⁵¹ A segunda problemática é a violação da liberdade de expressão e de manifestação das religiões de matrizes africanas. Segundo o relatório da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, elas foram alvo de 91% dos ataques no estado do Rio de Janeiro em 2021,⁵² sendo que, em 56% dessas ocorrências, o agressor estava vinculado a alguma igreja evangélica.

Um estudioso atento às questões de violação de liberdade religiosa no Brasil é o teólogo Ronilso Pacheco, graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em Religião e Sociedade pela Universidade de Columbia (EUA). Atualmente, ele atua como professor assistente do Departamento de Filosofia da Universidade de Oklahoma (EUA), onde também desenvolve pesquisas no campo da Filosofia Política, com interesse sobre a intersecção entre política, raça, religião e esfera pública. Ele também é autor dos livros *Ocupar, resistir, subverter: igreja e teologia em tempos de violência, racismo e opressão* e *Teologia negra: o sopro antirracista do espírito*. Em entrevista à Revista Artigo 19, Pacheco analisa os rumos da liberdade de expressão religiosa no Brasil após quatro anos de associação do Executivo à defesa de uma supremacia cristã fundamentalista.

⁵¹ <https://apublica.org/2023/01/a-face-religiosa-do-terrorismo-pastores-articularam-caravanas-e-convocaram-ataques-em-bsb>

⁵² <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/22/estudo-mostra-que-religioes-de-matrizes-africanas-foram-alvo-de-91percent-dos-ataques-no-rj-em-2021.ghtml>

ARTIGO 19: *O que é liberdade de expressão religiosa para você?*

Ronilso Pacheco: Eu definiria como a possibilidade que qualquer pessoa tem de manifestar crenças e convicções de fé em qualquer espaço ou lugar, respeitando as delimitações democráticas, sem ser coagida por isso. A possibilidade de não viver em um lugar em que uma fé específica é imposta como referência ou padrão a ser seguido. Se você tem esses dois ambientes, tem liberdade de expressão religiosa.

ARTIGO 19: *Quais seriam as delimitações dessa liberdade para que discursos de ódio contra religiões marginalizadas não se perpetuem?*

RP: Há a postura de determinadas lideranças e seus seguidores [de produzir discursos de ódio] em relação a outras religiões, mas, sobretudo, destacaria como o Estado administra a convivência dessas religiões. Acho que o primeiro passo para que a liberdade de expressão religiosa não se torne uma ameaça para outras crenças, não as fragilize e não estimule o ódio e a intolerância é reafirmar a importância do Estado laico, que ele seja o principal zelador do convívio religioso. Um Estado que não tome partido de uma determinada posição religiosa e respeite rigorosamente o lugar de expressão e manifestação, a cultura e a realidade histórica de todas as religiões, para que essas possam conviver harmonicamente. De

“Liberdade de expressão religiosa é a possibilidade que qualquer pessoa tem de manifestar crenças e convicções de fé em qualquer espaço ou lugar, respeitando as delimitações democráticas, sem ser coagida por isso. A possibilidade de não viver em um lugar em que uma fé específica é imposta como referência ou padrão a ser seguido”

“Será um trabalho para os evangélicos que valorizam a diversidade, a democracia e os direitos humanos desconstruir esse legado da associação quase automática de que ser evangélico é ser conservador”

maneira que, se uma delas, a partir da atitude de seus membros e lideranças, ameaçar a existência, colocar em risco, violar ou vulnerabilizar outras crenças, o Estado possa intervir para dizer que, naqueles espaços, territórios e sociedades, todas as crenças devem ser respeitadas. Claro que é difícil inibir qualquer excesso a qualquer momento: é possível que vizinhos que professam religiões diferentes tenham animosidades, ofendam-se, desrespeitem-se e sejam intolerantes com a religião do outro, por exemplo. O que é inadmissível é o Estado tomar partido de uma determinada religião. Toda vez que uma delas é ameaçada e vulnerabilizada, o Estado deve agir.

ARTIGO 19: *Qual o legado do bolsonarismo no campo das liberdades religiosas?*

RP: O mais visível – não sei se propriamente um legado, mas o que foi

visto ao longo de quatro anos – foi a defesa da supremacia cristã, da superioridade de um tipo de cristianismo conservador, ultrafundamentalista, alinhado à ética ideológica do Executivo. Uma presença tão massiva que igrejas do campo evangélico saíram com a imagem e a impressão públicas danificadas pela maneira que o governo Bolsonaro se valeu delas no campo conservador. Será um trabalho para os evangélicos que valorizam a diversidade, a democracia e os direitos humanos desconstruir esse legado da associação quase automática de que ser evangélico é ser conservador.

ARTIGO 19: *Quais serão os outros desafios para os próximos anos?*

RP: Serão desafios que, basicamente, já existiam e que talvez tenham sido piorados com o governo Bolsonaro. Primeiro, o de fazer um novo tipo de diálogo e aproximação com as igrejas

para entender a complexidade e a diversidade desse campo, e não fomentar mais olhares evangélicos a partir das grandes lideranças e de nomes midiáticos. Há o desafio de preservar e valorizar, novamente, as religiões de matrizes africanas, olhando-as de perto para que tenham as garantias da sua manifestação e da sua liberdade, sendo essas as que mais sofreram em termos de perseguição e violências. Um terceiro ponto é costurar convivências harmoniosas [entre as religiões] a partir do Estado. Acho que tem que ser mais incisivo, não apenas assegurar que as religiões tenham espaço garantido para existir e se manifestar de maneira oficial, mas que o governo considere a importância da religião na esfera pública, que a religião também tem papel mobilizador na democracia. As religiões têm importância a favor da democracia.

ARTIGO 19: *Como recompor esse discurso de igualdade entre as religiões na esfera pública?*

RP: Certamente, o diálogo é a chave. Diálogo entre os Poderes, mas também entre as lideranças religiosas comprometidas com a democracia, com os direitos humanos e com a diversidade e o respeito à pluralidade. A ênfase e o estímulo ao diálogo inter-religioso, o reconhecimento do papel das religiões na esfera pública – que não é um campo à parte, mas parte fundamental para a formação e o fortalecimento da sociedade – passam pelo fortalecimento de um pacto pela contribuição que as religiões podem dar à sociedade democrática.

ARTIGO 19: *O fundamentalismo religioso persistirá no Legislativo nos próximos quatro anos?*

“O diálogo é a chave. Diálogo entre os Poderes, mas também entre as lideranças religiosas comprometidas com a **democracia**, com os **direitos humanos** e com a **diversidade** e o respeito à **pluralidade**”

“Há esse processo de radicalização do fundamentalismo religioso cristão, que se aprofundou e que inclui o católico também. Será um desafio desradicalizar membros de igreja”

RP: Ele continuará, e será um desafio imenso. Ainda que não encontre eco no Executivo, não significa que irá enfraquecer ou retroceder; ao contrário, pode se reafirmar. Há esse processo de radicalização do fundamentalismo religioso cristão, que se aprofundou e que inclui o católico também. Será um desafio desradicalizar membros de igreja, deve-se acompanhar de perto para que igrejas não se tornem uma espécie de incubadora de radicalização, de fundamentalismo, de criação de pânico moral e de perseguição. Um fundamentalismo que está mais bem articulado no parlamento e que, por menor que seja em termos de totalidade, tem força na construção de narrativas e discursos que são endossados até mesmo por aqueles que não integram esse campo cristão específico. Assim, é preciso observar as articulações que podem ser construídas.

ARTIGO 19: *Como o fundamentalismo religioso no Legislativo pode impactar os direitos de liberdade de expressão e de manifestação religiosa?*

RP: Ele se assemelhará com o que o governo de Dilma Rousseff (PT) experimentou na elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH): mentiras e ataques nos períodos de debate; a tentativa de consolidar nele a chamada “cura gay”, por exemplo. Acho que a bancada evangélica continuará com suas divisões internas, mas com convergência em termos de algumas pautas. É importante o Executivo repensar a força que essa bancada outorga para si como representante de grande parte dos evangélicos. Dialogar mais com os evangélicos com suas muitas histórias, diversidades e presenças nas periferias e olhar menos para o que essa bancada tentar pautar.



PERS PEC TIVAS 67

Estratégias para um novo protagonismo internacional

68

Agenda de Expressão 2023

72

Perspectivas

ENSAIO

Estratégias para um novo protagonismo internacional

O momento atual, com o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, está marcado, na área de política externa, pela combinação de fatores novos e persistentes. Os fatores persistentes são aqueles que perduram de maneira inalterada – ao menos, estável – desde que Lula assumiu a Presidência pela primeira vez, em 2003. Os fatores novos são todos que representam uma alteração radical ou, no mínimo, relevante na comparação com 20 anos atrás. As perspectivas para o protagonismo internacional do Brasil no atual governo dependerão da capacidade de se equilibrar entre o que há de inalterado e de novo.

Embora o Brasil tenha sofrido um apagão em seu protagonismo internacional ao longo dos quatro anos de gestão do ex-presidente Jair

Bolsonaro, são fatos inalterados: o tamanho, o peso e a relevância brasileira no cenário internacional. O País segue sendo uma economia de peso. Esta constatação de algo perene traz consigo, no entanto, situações novas: 1. felizmente cresceram, nos últimos 20 anos, o interesse e a preocupação internacionais com o meio ambiente e os povos originários; 2. a pandemia de Covid-19 expandiu a pobreza e aprofundou a desigualdade globalmente; 3. os consensos democráticos estão sob ataque; 4. e o exercício da liberdade de expressão está desafiado pelas novas tecnologias.

O Brasil atual oferece ao mundo não apenas a soja e o minério de ferro, como antes, mas também seu protagonismo indispensável no enfrentamento às mudanças climáticas. Esse elemento adicional já era presente,

mas não com a mesma contundência do ponto de vista do discurso, da imagem e das ações internacionais. Os escândalos ambientais protagonizados por Bolsonaro, em especial na Amazônia, realçaram essa questão e deram a Lula a chance de renovar compromissos que, em seus dois primeiros mandatos, não pareciam postos de maneira tão visível como agora.

O meio ambiente é um exemplo de combinação entre fatores persistentes e cenários novos. O mesmo ocorre em relação à democracia, um campo no qual o Brasil passou a figurar, ao lado dos EUA, como um dos maiores exemplos mundiais do quanto nocivas podem ser as ações de uma extrema direita nacionalista que se organiza sem pudores. As experiências traumáticas com Donald Trump e Jair Bolsonaro – dois líderes populistas,

violentos e autoritários, com pouco apreço pela democracia e pelas instituições de controle – fizeram com que os olhos de boa parte do mundo se voltassem para o Brasil. O País foi visto como um exemplo de como uma democracia pode se deteriorar se sucumbe ao assédio de líderes populistas extremistas. O episódio dá a Lula uma legitimidade ainda maior para defender esses princípios democráticos na esfera internacional.

Diante dos influxos democráticos, a liberdade de expressão passou a ser utilizada como desculpa para a disseminação de discursos de ódio e para a legitimação da violência. A experiência vitoriosa da sociedade brasileira durante as eleições de 2022, enfrentando a desinformação e a violência política, bem como posicionando o debate sobre os limites

legítimos à liberdade de expressão, coloca o Brasil como referência importante para a defesa internacional da democracia em outros cantos. Consciente disso, o governo Lula tem anunciado que o Brasil quer liderar a luta global contra a desinformação e as *fake news*.

Outro tema caro ao governo, e que se renova, é a luta mundial contra a fome. A segurança alimentar global está repaginada pelos efeitos socioeconômicos da pandemia. O Brasil já foi exemplo internacional nessa agenda e, se conseguir implementar internamente ações eficazes para combater o retorno da extrema pobreza, ganhará autoridade para reassumir o prestígio de Lula como líder global nesse tema.

“Meio ambiente”, “democracia e liberdade de expressão”, e “a luta contra a fome” são três exemplos de campos em que fatores perenes aparecem revestidos de novos elementos. Mas não

é só isso. Algo semelhante pode ser dito sobre a segurança internacional, um campo no qual a antiga disputa da Guerra Fria aparece sob novo verniz ao opor a Rússia à Europa e aos EUA na guerra na Ucrânia. O cenário já não está imobilizado pela polarização comunismo versus capitalismo do pós-guerra. A China de hoje – potência econômica global, inserida na economia de mercado – não é a mesma do período recém-pós-rural dos anos 1960. A Rússia de Vladimir Putin não é o império soviético pré-1991. Nesses casos, os elementos são novos, mas ainda aparecem marcados por ecos de disputas antigas e persistentes. Enquanto se desenha uma nova ordem global bipolar entre China e EUA, que disputam influência nos distintos continentes, o Brasil poderá se destacar advogando por um mundo multipolar que assegure protagonismo do sul global e pela reconstrução dos espaços de integração regional na América Latina.

Nem mesmo a América Latina de 2003 é a mesma de 2023. O bolivarianismo convive com novas esquerdas democráticas, como a que chegou ao poder no Chile com Gabriel Boric, na Colômbia com Gustavo Petro, e como a que reivindica, em toda parte, maior destaque nas questões de direitos humanos, gênero e raça, tornando mais complexas as demandas antes tomadas por preocupações classistas. Líderes ligados à esquerda que fazem rodeios sobre o respeito à democracia já não são tolerados de forma acrítica ou indulgente como antes.

Para o Brasil, está claro que a prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais, a defesa da paz e do multilateralismo, a reforma das instâncias internacionais de representação dos países e outros mantras voltaram a ser vigentes depois dos anos sob Bolsonaro. Essa pode ser uma bússola que aponta para um norte conhecido. A questão é como conseguir fixar esse rumo num mar de fatos que mudou tanto em 20 anos, obrigando o Brasil a atualizar as cartas náuticas com as quais faz navegar sua política externa.

Paulo Abrão

Assessor sênior da ARTIGO 19, diretor do Washington Brazil Office e professor visitante da Brown University (EUA)

AGENDA DE EXPRESSÃO 2023

As várias iniciativas da ARTIGO 19 buscam fortalecer o processo de reconstrução das relações sociais e de políticas públicas no País. Entre nossas atuações, três frentes se destacam em 2023: **reimaginar**, **proteger** e **informar**.



REIMAGINAR

Reimaginar a democracia com tecnologia

Para a utilização da tecnologia no fortalecimento da democracia, é preciso que haja transparência nos processos de decisão e voto, exigindo também ambientes virtuais com direito à expressão, sem discursos de ódio e perseguição. Nossas prioridades: garantir a liberdade e a responsabilidade digital por meio de pesquisas, debates e incidência política; inovar na revisão de regras e sistemas eleitorais e em mecanismos de participação social; além de debater o monopólio das plataformas e redes sociais que comprometem os processos democráticos.

2

PROTEGER

Proteger manifestantes, artistas, jornalistas, comunicadores e comunicadoras

Dedicaremos esforços para construir novos mecanismos de Estado que ofereçam proteção efetiva a manifestações sociais, além de integrar redes da sociedade civil para apoiar artistas, jornalistas, comunicadoras e comunicadores ameaçados. Para nós, seguem sendo imprescindíveis o acolhimento a indivíduos, coletivos, movimentos sociais e veículos de mídia em temas de segurança digital e física, assim como as situações de violência política. Em especial, quando são potencializadas por discriminações de raça, gênero e outras diversidades.

3

INFORMAR

Informar para a transparência

O direito à informação tem sofrido constantes ataques nos últimos anos. AARTIGO 19 monitora a redução de espaços de transparência, o estabelecimento de sigilos ilegais e indevidos e o aumento de tecnologias para espionagem e invasão de privacidade. Compõem nossa agenda a cooperação com entidades parceiras para a ratificação do Acordo de Escazú – ampliando a democracia ambiental – e a promoção do debate sobre políticas de memória e verdade, assim como a construção e a manutenção de acervos, museus e mecanismos de acesso a informações em prol da transparência.



DEFENDENDO A LIBERDADE
DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO

☎ +55 11 3057.0042

+55 11 3057.0071

📷 @artigo19

🐦 @artigo19

f @artigo19brasil

🌐 artigo19.org



ARTIGO19

DEFENDENDO A LIBERDADE
DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO